



ACGE



Responsabilidade Climática
ÍNDICE SECTORIAL
2009

www.responsabilidadeclimatica.org

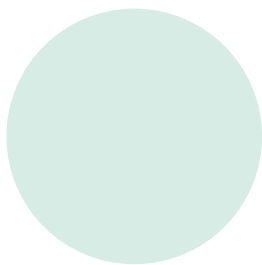


ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO DE EMPRESAS

AUTORES:

Hugo Costa

André Baltazar



1 CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo (CC) do Índice ACGE pretende reunir um conjunto de personalidades que, através da sua experiência e conhecimento, promovem a existência de critérios de avaliação coesos e que melhor reflectem a realidade que o Índice pretende retratar.

A criação do CC surge da necessidade de, ao longo do desenvolvimento do projecto, tomar um conjunto de decisões que permitam a reformulação de critérios, realizando assim a preconizada constante actualização para a realidade empresarial portuguesa. Durante o desenvolvimento do ACGE Sectorial 2009 as orientações e opiniões dos Conselheiros, apesar de não serem vinculativas, acrescentaram valor ao projecto na sua definição final.

Neste contexto a Euronatura é a única responsável pelo projecto, pela sua formulação e pelos seus resultados.

O Conselho Consultivo para a edição ACGE Sectorial 2009 é constituído pelos especialistas que se listam abaixo, e cuja anuência ao convite em muito honrou a Euronatura:

. Dra. **Anabela Vaz Ribeiro** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ÉTICA EMPRESARIAL

. Eng.^a **Ana Lopes** E. VALUE

. Professor Dr. **António Sá da Costa** APREN

. Professor Dr. Eng.^o **Fernando Nunes da Silva**

. Eng.^o **Francisco de la Fuente Sánchez**

. Dr. **João José Fernandes** OIKOS

. Eng.^o **Luís Rochartre** BCSD PORTUGAL

. Dr. **Pedro Sacadura Orvalho** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

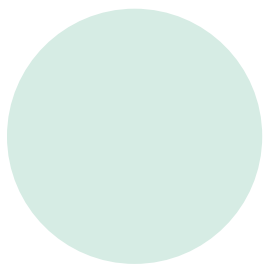
. Dra. **Rita Sousa** SMARTWATT

. Dra. **Sofia Santos** SUSTENTARE



ÍNDICE

2	SUMÁRIO EXECUTIVO	6
3	MENSAGENS	7
4	RECOLHA DE INFORMAÇÃO	8-12
5	EMPRESAS E SECTORES	12-14
6	CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO DAS EMPRESAS	15-17
7	RESULTADOS ACGE SECTORIAL 2009	18-27
	ACGE Financeiro 2009	24-25
	ACGE Energia Ibérico 2009	25-26
	ACGE Transportes 2009	26-27
8	QUESTÕES ESPECÍFICAS	28-33
9	EVOLUÇÕES	34-37
10	PRINCIPAIS CONCLUSÕES	38
11	PRÓXIMOS PASSOS	39
12	AS EMPRESAS E AS BOAS PRÁTICAS	40-49
13	NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS	50
14	LISTA DE CRITÉRIOS ACGE SECTORIAL 2009	52-59
	Verificação Independente de processo relativo ao	
	Índice de Responsabilidade Climática: ACGE Sectorial 2009	60



2 SUMÁRIO EXECUTIVO

O Índice ACGE Sectorial 2009 tem como objectivo primordial a avaliação do desempenho de um conjunto seleccionado de sectores empresariais a operar a nível nacional (sector financeiro e dos transportes) e Ibérico (sector energético), relativamente à sua resposta ao desafio das alterações climáticas e de uma economia restrita em carbono. A apreciação das empresas baseia-se na definição de um conjunto de indicadores demonstrativos dos seus empenhos em combater a questão das alterações climáticas. Estes indicadores avaliam as empresas em 5 níveis: “Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais” (capítulo A), a “Gestão das Empresas e Auditorias Ambientais” (capítulo B), a “Divulgação das Alterações Climáticas” (capítulo C), a elaboração de “Inventários de Gases com Efeito de Estufa” (capítulo D) e em “Questões Sectoriais” (capítulo E).

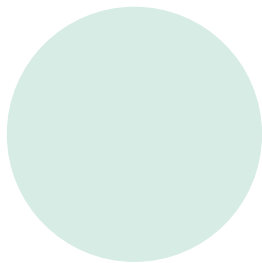
A melhor pontuação, no ranking global, foi obtida, em *ex aequo*, pela Sonae Sierra e pelos CTT, seguidas da EDP e Repsol, também com o mesmo

resultado, e finalmente pela CGD e Union Fenosa, ambas com a mesma percentagem.

Os líderes sectoriais foram, no sector financeiro, a CGD, BES e AXA Portugal, no sector energético a EDP, Repsol e Union Fenosa e, por fim, no sector dos transportes, a Carris, ANA e TAP.

Considerando a amostra de empresas presentes no Índice ACGE como representativa dos sectores em análise, os resultados indiciam que cerca de 50% das empresas destes sectores não atribui primazia às Alterações Climáticas na sua agenda corporativa. Considerando as edições anteriores, observou-se um esforço contínuo na obtenção de bons resultado por parte da Sonae Sierra, EDP, CTT e Carris. De uma forma geral, e segundo os critérios de avaliação do ACGE, pode dizer-se que existe um número significativo de empresas para as quais não é ainda possível recolher dados sobre o desempenho climático, em particular as empresas da área seguradora. Dos três sectores em análise, o sector energético demonstrou ser aquele com mais informação pública disponível e, como tal, gerou para este sector resultados menos extremados.

O Índice ACGE constitui uma ferramenta para os gestores de empresas, consumidores, investidores, fornecedores e público em geral, possibilitando comparações e incorporando a performance das empresas, perante as Alterações Climáticas, na tomada de decisões.



3

MENSAGENS

Ao longo das suas várias edições, o projecto Alterações Climáticas e Gestão de Empresas tem-se afirmado crescentemente como um marco na avaliação da responsabilidade social, neste caso particular, da responsabilidade que as empresas devem sentir perante a sociedade, pelas emissões que produzem, mesmo em sectores que não será os tipicamente associados a grandes emissões directas de gases com efeito de estufa.

Em Portugal, a consciência ambiental e climática de todos os agentes é ainda insuficiente apesar dos passos enormes que têm sido dados nos últimos anos. A persistência de projectos como o ACGE que permitem uma discussão sobre a direcção que as empresas deve tomar e o justo realce do muito que algumas já fazem, é necessária como forma de “*benchmarking*” da acção dos agentes económicos. A obtenção de resultados concretos na luta contra as alterações climáticas depende em muito do papel positivo destes agentes. Muito se espera deles, agora e pelos muitos anos que este desafio estará ainda connosco.

Pedro Martins Barata

COMISSÃO ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS PORTUGAL / COMITÉ EXECUTIVO, MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO, CONVENÇÃO CLIMA NAÇÕES UNIDAS

Actualmente, e cada vez mais, as empresas são chamadas a ter um comportamento distinto do habitual. Esta forte tendência de comportamento tem a ver com a exigência crescente de transparência e prestação de contas à sociedade, que se condensa na definição anglo-saxónica de *accountability*.

Assim, para lá da usual informação económica e financeira, a sociedade exige às empresas informação detalhada sobre os impactes ambientais e sociais e a assumpção de compromissos precisos e relevantes sobre como enfrentam os desafios fundamentais dos nossos tempos. Muitas dessas informações começam a ser também exigidas por via de legislação ou regulamentação específica, mas outras surgem de acordos voluntários sectoriais, assumidos sobretudo a nível internacional. De entre as informações mais requisitadas encontramos hoje a incontornável informação sobre o comportamento das empresas face aos desafios emergentes da necessidade de controlo dos gases de efeito de estufa, seja por via da resposta a regulamentação nacional ou internacional, seja de âmbito voluntário.

A relevância da informação sobre as acções empresariais de gestão activa das emissões, resultante da actividade económica, é nos nossos dias cada vez mais importante e foi para colmatar esta necessidade que surgiu a iniciativa ACGE da Euronatura. Se as primeiras edições serviram sobretudo para sensibilizar, as empresas e a sociedade, para o tema, hoje serve prioritariamente para consolidar a metodologia e distinguir as melhores práticas, sendo de realçar ainda o número crescente de aderentes voluntários. Fica só a faltar cumprir o desafio de escalar este exercício a um número mais representativo da economia nacional, onde então poderemos estar na presença de uma importante ferramenta de diferenciação para as empresas. Não falte a visão e ousadia já demonstradas pela Euronatura. Cumpra-se o que se tem que fazer, por uma sociedade mais responsável e uma economia mais competitiva.

Luís Rochartre

SECRETÁRIO GERAL DO BCSD PORTUGAL



4 RECOLHA DE INFORMAÇÃO

METODOLOGIA

Tipos de Participação: Empresas Seleccionadas e Participação Voluntária

O Projecto “Responsabilidade Climática: Índice ACGE Sectorial 2009” contempla dois tipos de participação: a Participação das Empresas Seleccionadas e a Participação Voluntária

Participação Não Voluntária

Empresas seleccionadas pela Euronatura, com a aprovação do Conselho Consultivo a 26 de Março de 2009.

Participação Voluntária

Para qualquer entidade que queira divulgar as suas práticas, através do fornecimento de informação.

NOTA A participação voluntária foi divulgada através do sítio do Projecto, este tipo de participação foi restringido a um máximo de 10 empresas. A estas empresas não é aplicada a metodologia de recolha de informação; para as participações voluntárias a informação que serve de base à definição do índice é oriunda, exclusivamente, da empresa em causa.

A Recolha de Informação

Após a selecção das empresas participantes, a recolha da informação necessária à elaboração do Ranking ACGE Sectorial 2009 seguiu a seguinte metodologia:

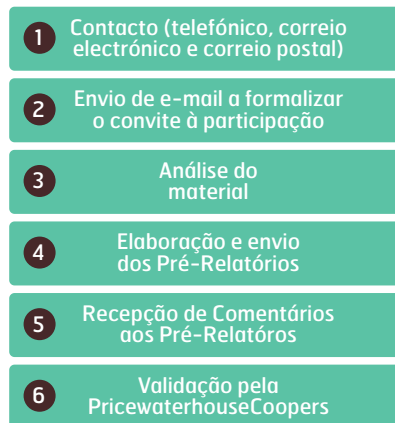


FIGURA 4.1 Metodologia para a elaboração do Ranking ACGE Sectorial 2009

1. Contacto

Foi efectuado contacto com o intuito de averiguar o responsável na empresa pela colaboração com a Euronatura. Este deveria fornecer material de consulta e tecer os comentários ao Pré-Relatório enviado.

2. Envio de correio electrónico

Foi enviado correio electrónico a formalizar o convite à participação, bem como a solicitar o envio da seguinte informação:

- . O Relatório & Contas de 2008;
- . O Relatório de Sustentabilidade (ou outro com referências ambientais) 2008;
- . Todas as publicações / edições / comunicados / outros que façam de algum modo referência às preocupações que a empresa terá com as alterações climáticas, ou com o clima na generalidade.

3. Análise do Material

Nesta fase procedeu-se à análise de todo o material recolhido e que serviu de base à elaboração do Pré-Relatório. Adicionalmente, foi efectuada a pesquisa de informação pública para a recolha de dados adicionais de acordo com os seguintes passos:

* Pesquisa no site de cada empresa

** Análise dos primeiros 10 resultados relevantes, em 9 palavras-chave, nos motores de busca mais conhecidos (Google e Yahoo):

- . 1ª “nome da empresa + ambiente”
- . 2ª “nome da empresa + alterações climáticas”
- . 3ª “nome da empresa + eficiência energética”
- . 4ª “nome da empresa + ambiente”
- . 5ª “nome da empresa + efecto invernadero”
- . 6ª “nome da empresa + eficiencia energética”
- . 7ª “nome da empresa + environment”
- . 8ª “nome da empresa + climate change”
- . 9ª “nome da empresa + energy efficiency”

4. Elaboração e Envio dos Pré-Relatórios

A recolha dos dados, já descrita, serviu de base à construção de um Pré-Relatório para cada empresa incluída no ranking. Nesta fase, foi disponibilizada, a todas as empresas, a possibilidade de marcação de reuniões com o intuito de esclarecer dúvidas e/ou a confirmação de existência de material que ainda se encontrava em elaboração, como por exemplo o Relatório de Sustentabilidade 2008.

5. Recepção de Comentários aos Pré-Relatórios

Após o envio de cada Pré-Relatório foram dadas três semanas a cada empresa para remeter à Euronatura a sua análise e os comentários, que complementaríamos a informação já recolhida.

6. Validação pela PricewaterhouseCoopers

Toda a documentação recolhida pela Euronatura e fornecida pelas empresas foi enviada para a PricewaterhouseCoopers de forma a se proceder à validação e posterior certificação do Índice ACGE Sectorial 2009.

O conjunto dos documentos recolhidos serviu de base à construção de um Pré-Relatório para cada empresa incluída no ranking, sendo posteriormente sujeito à análise por parte da empresa. Na participação voluntária foi enviada uma listagem dos itens em avaliação para preenchimento e um pedido de envio de material que comprovasse as suas afirmações.

Às empresas com modelos de comunicação de sustentabilidade ainda por desenvolver, e que manifestaram dificuldades em facultar informação, alegando que esta se encontrava dispersa, foi acordado o fornecimento da lista de critérios associados ao ACGE Sectorial 2009.

A metodologia de recolha de informação aqui descrita, permitiu maximizar o acesso aos dados necessários ao preenchimento dos itens em avaliação, ao mesmo tempo que permitiu a compreensão dos mesmos por parte dos responsáveis nas empresas. Desta forma, não só o contacto se tornou mais personalizado, como foi possível, na maioria dos casos, nomear o responsável pela análise do Pré-Relatório. Assim, nos casos em que foi aplicada toda a metodologia, foi possível a troca de informação de qualidade e de forma expedita.

Contudo, a calendarização inicialmente projectada para este feedback não foi cumprida, em alguns casos porque a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade/Ambiente das empresas ocorreu durante o ano todo de 2009. Neste contexto foram definidas algumas alterações na calendarização inicialmente prevista, para que as oportunidades de resposta e a recolha de informação fossem maximizadas para grande parte das empresas participantes.

A metodologia associada ao ACGE, que tem vindo a ser melhorada ao longo dos anos, parece ter despertado o interesse das empresas e dos seus gestores. A análise do comportamento das empresas, a componente informativa e formativa associada ao Índice ACGE, denunciam a existência de uma metodologia consolidada e que permite, em última análise, uma correcta avaliação da realidade.

CAPÍTULOS DE AVALIAÇÃO E SECÇÕES DO PRÉ-RELATÓRIO

A avaliação das empresas no Índice ACGE Sectorial 2009 foi realizada de modo a permitir uma análise das empresas a quatro níveis:

- . “Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais” (Capítulo A);
- . “Gestão das Empresas e Auditorias Ambientais” (Capítulo B);
- . “Divulgação das Alterações Climáticas” (Capítulo C);
- . “Inventários de Gases com Efeitos de Estufa” (Capítulo D);
- . “Questões Sectoriais” (Capítulo E).

O total de pontos resultante do somatório dos capítulos é de 40 pontos. Se não for incluído o Capítulo E, o somatório é de 37 pontos.

Capítulo A. Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais

O Conselho de Administração (CA) está focado, em última análise, em perpetuar a existência da empresa. Com base neste pressuposto,

age para que a empresa aproveite todas as oportunidades, cumprindo com os vínculos relacionados dos seus representantes, clientes, fornecedores e comunidade em que actua. Assim, para que o CA, ou outro órgão de gestão, seja eficiente e eficaz não se deverá limitar à legislação aplicável ou aos melhores códigos de boas práticas de “corporate governance”, é também necessário que o seu desempenho seja inovador.

O papel da administração é relevante para as questões climáticas, pois é a este nível que são definidos os vectores estratégicos da unidade organizativa, empresa ou grupo de empresas, onde são avaliados e monitorizados os investimentos, as medidas e os riscos, numa lógica de protecção dos interesses e do “valor” da empresa.

A administração define também a metodologia de abordagem às alterações climáticas, no desenvolvimento da sua actividade económica, na relação com os stakeholders e na forma com se realiza a comunicação externa.

O sistema Europeu de partilha de responsabilidade (burden sharing) concretiza-se, perante a Convenção Quadro para as Alterações Climáticas (CQNUAC), na responsabilização das empresas, através dos Estados, e da sua participação no esforço de combate às alterações climáticas. Às empresas, através da administração, cabe a função de interpretar e fazer chegar à sua escala de trabalho os sinais vindos do poder político e da comunidade científica.

A administração da empresa deverá promover a criação de dados relevantes, dentro dos limites de acção da empresa, podendo assim avaliar os riscos competitivos e financeiros, explorando novas oportunidades, enquanto minimiza os custos potenciais associados às alterações climáticas e também à sua actividade.

Existe uma crescente tendência para que as alterações climáticas sejam entendidas como uma matéria de impacto material nas empresas, passando portanto a fazer parte integrante dos seus processos de decisão e gestão. E desta forma, tornar-se cada vez mais fácil antecipar alterações de política e tendências de consumidores e investidores.

Actualmente, as empresas deparam-se com o desafio de internalizar as alterações climáticas na avaliação dos riscos para o seu negócio. As tipologias de abordagens são diversas e

denunciam uma capacidade crescente de fazer chegar o assunto, “alterações climáticas”, às diversas escalas de trabalho da empresa. Neste sentido, o conhecimento da estrutura de governança de uma empresa é fundamental para melhor compreender o seu posicionamento, em particular no que diz respeito ao desafio das alterações climáticas. Assim, considerando a metodologia do projecto, importa ter conhecimento de informações genéricas sobre a estrutura administrativa da empresa: o organograma e descrição das funções, a composição do conselho de administração, a existência de auditorias e a cotação da empresa em bolsa.

As perguntas elaboradas para este capítulo visam:

- (1) *Efectuar um enquadramento geral da organização interna da empresa;*
- (2) *Avaliação do modelo de governação face às questões Climáticas;*
- (3) *Caracterizar a abordagem das empresas face às alterações climáticas.*

Neste capítulo foi requerida informação relativa às questões relacionadas com a governação, na sua vertente climática e ambiental: se existe departamento que tenha, formalmente, atribuições relacionadas com as questões das alterações climáticas; verificação do distanciamento entre esta estrutura e a administração da empresa; se existem questões relacionadas com alterações climáticas, tratadas em regime de outsourcing; e por fim, se as alterações climáticas foram discutidas a nível de Conselho de Administração. Também é considerada relevante a existência de participações activas no debate público sobre as alterações climáticas, e, no mesmo sentido, qual tem sido o papel dos accionistas e dos colaboradores.

A pontuação máxima a obter neste capítulo é de **6 pontos**.

Capítulo B. Gestão das Empresas e Preocupações Ambientais.

A hierarquia tradicional das organizações empresariais considera a protecção do ambiente segundo uma lógica que visa o cumprimento dos requisitos legais. Contudo, hoje em dia e cada vez mais surgem preocupações que vão além deste cumprimento. Sem que se desvança a lógica empresarial de maximização da produtividade e do lucro, as empresas promovem a existência de boas práticas ambientais e climáticas, controlando e monitorizando a poluição, minimizando os desperdícios e os resíduos e aumentando a eficiência do seu negócio.

O aquecimento global abre espaço a que a dimensão ambiental das empresas se torne cada vez mais relevante, com implicações materiais e financeiras. Nenhuma empresa pode, no contexto actual, descurar a necessidade de aumentar a sua eficiência energética e o aprovisionamento de recursos dado que estes se tornaram elementos chave para o crescimento numa economia com restrições às emissões de carbono.

Nesta fase da avaliação é verificada a existência de obrigações legais relacionadas com as alterações climáticas e o âmbito de aplicação na empresa. Verificando-se em seguida a existência de objectivos ambientais, avaliando a sua relação com a emissão de GEE, com a eficiência energética ou com outras questões com implicações nas alterações climáticas.

Neste capítulo pretende compreender-se a operacionalidade na gestão dos assuntos relacionados com o fenómeno das alterações climáticas e com todas as problemáticas que lhe estão associadas. Neste contexto, são analisados:

- (1) *Investimentos da empresa em energias renováveis e em medidas de eficiência energética ao longo do ano de 2008;*
- (2) *Objectivos relacionados com as alterações climáticas e os seus vínculos quantitativos e qualitativos;*
- (3) *Levantamento das metodologias adoptadas para alcançar os objectivos propostos (compensação/incentivo aos colaboradores pelo seu desempenho ambiental; certificação e auditorias e/ou por outros métodos, tais como publicação de folhetos de sensibilização).*

Relativamente aos objectivos relacionados com alterações climáticas, averigua-se se estes são considerados no plano de negócios da empresa, se são um vínculo no qual a empresa se revê e se existem noções relativamente à forma como este vai ser cumprido. Este capítulo totaliza **12 pontos**.

Capítulo C. Divulgação das Alterações Climáticas

A atitude da empresa e a definição dos seus compromissos relativamente às alterações climáticas são apresentados nas declarações realizadas pela administração, ou seus representantes, na forma de declarações públicas ou através de documentação de divulgação pública. Desta forma as empresas assumem pontos de vista, experiências e abordagens ao tema em análise. A administração assume, portanto, o papel de veículo de divulgação da posição da empresa, assumindo vínculos e compromissos pelos quais responde.

Neste capítulo é avaliado o comportamento das empresas perante as alterações produzidas através do mecanismo de aquecimento global, considerando por um lado os riscos materiais para o seu negócio e por outro, as questões operacionais associadas às conjunturas de mercado, as novas referências competitivas e os regulamentos governamentais que afectam a utilização da energia e as tipologias de produção.

Pretende-se, em última análise, realizar o levantamento exaustivo das formas de divulgação adoptadas pela empresa que abordem ou estejam associadas ao fenómeno das alterações climáticas. Numa primeira fase analisa-se qual a posição oficial da empresa relativamente a esta temática. De seguida, é feita uma investigação no sentido de apurar iniciativas voluntárias por parte da empresa que incluam a questão das alterações climáticas. É ainda verificada a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade / Ambiente, bem como a sua metodologia de construção.

A definição de standard para os Relatórios de Sustentabilidade foi assegurada, e é cada vez mais assumida pelas empresas que os produzem, através do desenvolvimento a Global Reporting Initiative: GRI - Sustainability Reporting Guidelines, reunindo três aspectos essenciais: a performance da empresa, ao nível de valorização das acções, ao nível social e ao nível ambiental. A análise da “Divulgação das Alterações Climáticas” por parte das empresas permite obter um máximo de **10 pontos**.

Capítulo D. Inventários de Gases com Efeitos de Estufa

A contabilização das emissões é um aspecto crucial quando avaliamos a forma como as empresas trabalham o tema das alterações climáticas. É com base na contabilização que se pode realizar o trabalho de criação de medidas e de identificação de oportunidades que permitirão efectivar e fundamentar a política e a gestão.

Só após a obtenção de informação, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, se poderá dar início ao processo que culminará com a definição das tendências de emissões da empresa e conseqüente definição de objectivos quantificados. Torna-se, portanto, relevante avaliar a adesão de cada empresa a esquemas voluntários, e não voluntários, de contabilização de emissões. O Greenhouse Gas Protocol, GHG Protocol, de 2001, cuja utilização é recomendada nas Global Reporting Initiative Sustainability Reporting Guidelines, evidencia metodologias standard de inventariação e divulgação de informação das emissões de GEE.

No capítulo D é analisada a elaboração e publicação de inventários de emissões de GEE pela empresa, tratando-se portanto de uma avaliação das características da elaboração dos inventários.

Em síntese, são analisadas as seguintes questões:

- a. Existência de inventário geral das emissões;
- b. Definição ano de referência para a contabilização de GEE;
- c. Definição de objectivos concretos de redução ou limitação;
- d. Realização de projecções para as suas emissões;
- e. Submissão do inventário a verificação externa;
- f. Grau de divulgação da informação;

O total de pontos associado a este capítulo é de **9 pontos**.

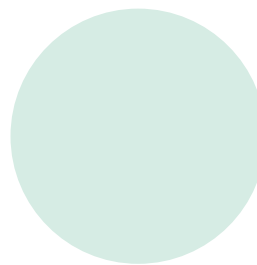
Capítulo E. Questões Sectoriais

A avaliação neste capítulo proveio de questões criadas especificamente para o Sector dos Transportes e para o Sector Financeiro, para aferir o ponto de situação de cada sector no que diz respeito às políticas adoptadas em relação às alterações climáticas. O Sector Energético não foi avaliado pelo Capítulo E, considerando a Euronatura e o Conselho Consultivo que os capítulos transversais a todos os sectores já forneciam um diagnóstico fidedigno. As empresas que participaram voluntariamente no Índice ACGE também não foram sujeitas a avaliação pelo Capítulo E.

Assim, no sector dos transportes procurou-se saber a constituição da frota das empresas, a idade média dos veículos e o combustível utilizado. Quanto às emissões de CO₂, era questionado a existência de objectivos para a redução das emissões e para a idade média da frota. Questionou-se também se era dada aos condutores alguma formação de condução ecológica.

Para o sector financeiro, verificou-se se a empresa disponibiliza aos seus clientes produtos/serviços que envolvessem ou internalizassem as AC e a Economia de Carbono. Outra questão de relevância foi se a empresa possuía critérios de classificação dos seus clientes de acordo com os riscos de exposição ao mercado do carbono e AC. Também se questionou o investimento ou participações nas áreas de I&D low carbon.

A pontuação dada neste capítulo, por cada sector, é de **3 pontos**.

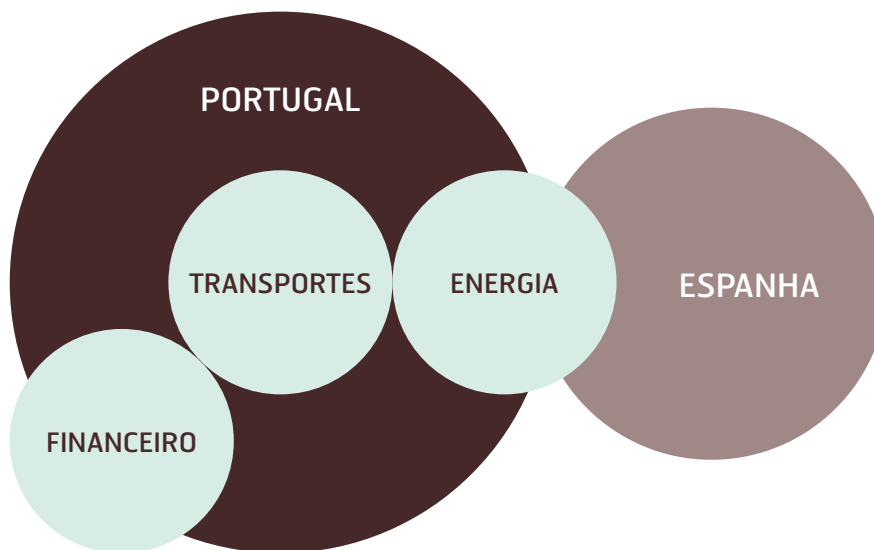


5 EMPRESAS E SECTORES

A 5ª edição do Índice ACGE retoma ao formato sectorial iniciado em 2006, dando seguimento à estratégia de realizar em anos alternados uma avaliação profunda de alguns sectores do tecido empresarial. No ACGE Sectorial 2009 foram incluídos os Sectores dos Transportes, Financeiro (Banca e Seguros) e Sector Energético.

Para os dois primeiros sectores irá considerar-se exclusivamente o mercado nacional, ao passo que no sector da indústria energética a avaliação recai sobre as empresas de origem ibérica e que, de alguma forma actuam em Portugal. Esta decisão tem como propósito o acompanhamento do Índice ACGE da dimensão ibérica do mercado energético, como fazem disso prova as estruturas existentes (MIBEL – Mercado Ibérico de Electricidade) ou já preconizadas (MIBGAS – Mercado Ibérico de Gás Natural). A selecção das empresas do Sector dos Transportes e Energético fez-se com base em dois factores: o **volume de vendas** da empresa em 2008 e a **participação em**

FIGURA 5.1 Sectores e valências geográficas presentes no ACGE Sectorial 2009



edições anteriores do Índice ACGE. A selecção feita para o Sector Financeiro também foi considerada a existência de informação em anos anteriores, em adição a este critério utilizou-se o valor de activo líquido total. Nas empresas financeiras que pertencem ao grupo das seguradoras, excluíram-se as que não possuíam rede própria de balcões.

A inclusão de novas empresas não deverá inviabilizar a realização da necessária análise temporal para aquelas que participaram em edições anteriores do ACGE. Pois, com a informação gerada nas edições anteriores (com especial atenção para o índice sectorial criado em 2006), tornar-se-á possível o acompanhamento de tendências e evoluções no comportamento das empresas.

Foi preconizado o envolvimento de um conjunto de sectores cujo valor relativo de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) fosse relevante, como é o caso do sector energético e dos transportes. Esta escolha é corroborada com a informação do Relatório de Estado do Ambiente 2007. Assim, considerando os sectores

abrangidos pelo ACGE Sectorial 2009, verificamos que estes representaram 51% do total de emissões de GEE em Portugal no ano de 2006 (Produção e Transformação de Energia 26,8%; Transportes 24,2%.

Foi ainda considerado como critério de selecção as empresas incluídas em sectores usualmente contemplados na formulação das políticas nacionais para as alterações climáticas (o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão), como por exemplo o sector da oferta de energia ou sectores com instalações associadas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE).

Podemos sintetizar que o conjunto de empresas e sectores abrangidos no índice obedece, por um lado, a uma lógica quantitativa, na sua dimensão económica, social e ambiental; e por outro, não negligencia a sua função pedagógica e formativa, analisando também empresas que não tendo obrigações legais, em matéria de emissões de GEE, poderão ser alvo de regulamentação específica.

Apresenta-se a listagem do conjunto de empresas que se pretendia avaliar, de acordo com o seu tipo de participação no Índice ACGE Sectorial 2009:

Sector Energético

CEPSA
EDP – Energias de Portugal
EEM – Empresa de Electricidade da Madeira
EDA – Electricidade dos Açores
ENDESA
GALP Energia
GENERG
IBERDROLA
LIPOR
REN – Redes Energéticas Nacionais
REPSOL
TEJO ENERGIA
TURBOGÁS
UNION FENOSA
VALORSUL

Sector Financeiro – Banca

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
BANCO ESPÍRITO SANTO
BANIF
CRÉDITO AGRÍCOLA
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
MONTEPIO GERAL
SANTANDER TOTTA

Sector Financeiro – Seguros

AXA PORTUGAL
AÇOREANA
ALLIANZ PORTUGAL
FIDELIDADE MUNDIAL
TRANQUILIDADE
GLOBAL
IMPÉRIO BONANÇA
LIBERTY SEGUROS
LUSITÂNIA
OCIDENTAL
ZURICH

Sector Transportes

ASCENDI (antiga AENOR)
ANA – Aeroportos de Portugal
BARRAQUEIRO TRANSPORTES
BRISA
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA
CP – Caminhos de Ferro Portugueses
FERTAGUS
LUSOPONTE
METROPOLITANO DE LISBOA
METROPOLITANO DO PORTO
PATINTER – Portuguesa de Automóveis Transportadores
PORTLINE – Transportes Marítimos Internacionais
SATA Internacional
TRANSINSULAR – Transportes Marítimos Insulares
TAP – Transportes Aéreos Portugueses
TRANSPORTES LUÍS SIMÕES
TRANSTEJO
TST – Transportes Sul do Tejo

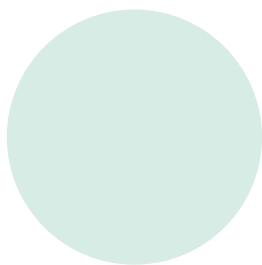
Participação Voluntária

CTT – Correios de Portugal
Jerónimo Martins
Portugal Telecom
Sonae Sierra

N.º total de empresas - 55

Recusas

BPI – Banco Português de Investimento
REFER EPE – Rede Ferroviária Nacional
STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA



6

CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO DAS EMPRESAS

A decisão de analisar um número limitado de sectores e de incluir empresas tendencialmente Ibéricas, para a área de energia, implicou a pré-selecção de várias empresas que nunca antes tinham sido abordadas pela Euronatura no sentido de divulgarem as suas práticas ambientais e relacionadas com alterações climáticas, facto que teve o seu efeito nas estatísticas de adesão. Contudo, existem também empresas que foram já, por diversas vezes, chamadas a comunicar as suas políticas e iniciativas e que não o fazem. Assim, e assumindo estes pressupostos, concluímos que o facto de existirem empresas que são estudadas pela primeira vez não influencia os resultados finais. Por outro lado o Índice ACGE é, cada vez mais, do conhecimento do público, dos investidores e das pessoas com responsabilidade dentro das empresas.

Como já foi referido, e segundo a metodologia, todas as empresas receberam um Pré-Relatório redigido pela Euronatura. Face a esta situação as empresas tiveram 3 comportamentos diferentes:

- Respondiam ao Pré-Relatório através do envio de Comentários e documentação;
- Não Respondiam ao Pré-Relatório;
- Recusavam participar.

Relativamente a esta última opção é de referir que este ano 3 empresas indicaram expressamente não querer participar no Índice. Este pedido foi respeitado pela Euronatura, à semelhança dos anos transactos. Ainda em relação às empresas que não recusaram participar mas que também não enviaram comentários complementares verificaram-se dois casos distintos:

- Foi possível recolher dados sobre a empresa em documentos de acesso público;
- Não foi possível aceder a dados sobre a empresa.

A comunicação pública é relevante na obtenção de bons resultados, no entanto esta poderá ser realizada especificamente para o ACGE ou através de documentos de divulgação geral. Durante a presente edição do ACGE, a Euronatura, decidiu criar um sistema de pontuação que conseguisse definir o nível de participação das empresas.

Com este intuito realizou-se uma análise do comportamento das empresas ao longo das fases metodológicas de obtenção de informação relevante para o Índice ACGE:

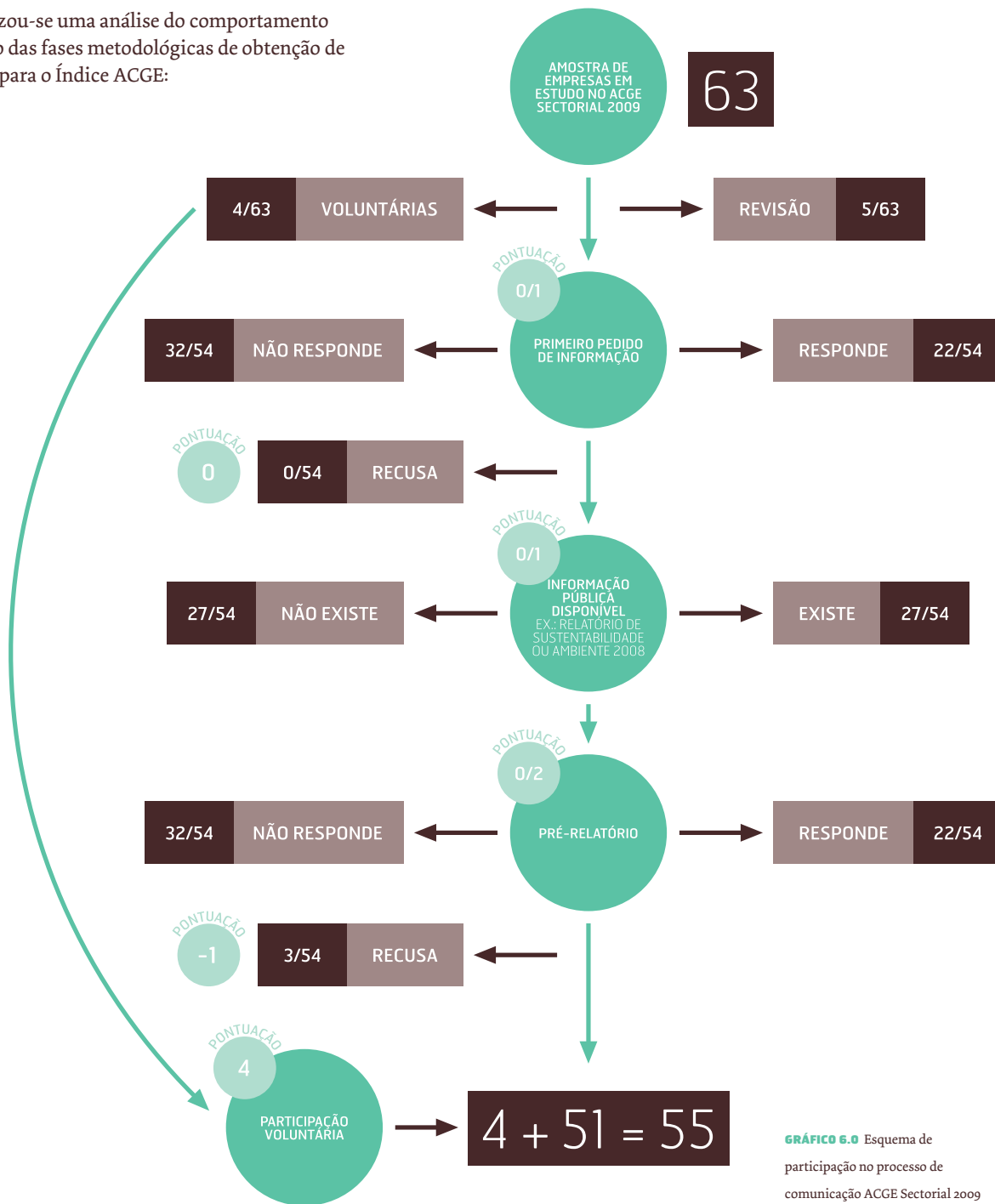


GRÁFICO 6.0 Esquema de participação no processo de comunicação ACGE Sectorial 2009

O resultado da atribuição de pontuação a momentos de comunicação que a Euronatura considera relevante, traduz-se num nível de participação e comunicação das empresas. O domínio de pontuação possível vai de -1, para uma empresa que não comunica e recusa participar, até 4 para uma empresa que comunica nos momentos chave e que produz documentação de comunicação relevante.

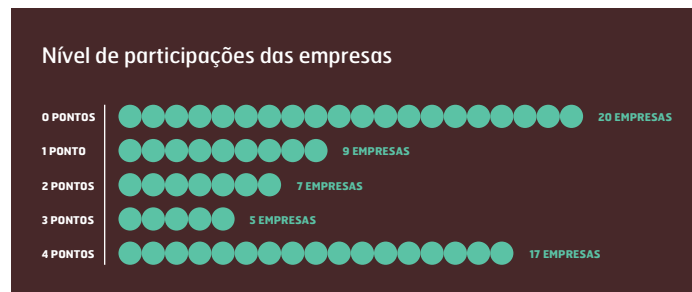


GRÁFICO 6.1 Participação das empresas

POSITIVO

- 22 empresas respondem ao pré-relatório;
- 27 produzem documentação pública relevante para o Índice;
- 17 empresas obtêm um nível de participação máximo;
- Nenhuma empresa obtém o nível de participação mínimo (pontuação = -1)

NEGATIVO

- 3 empresas recusam participar;
- 32 empresas não respondem ao pré-relatório e destas, 21 também não produzem documentação pública relevante para o Índice;
- 20 empresas obtêm um nível de participação igual a 0.

A metodologia utilizada para obtenção de informação para o Índice ACGE valoriza a auto-avaliação e participação das empresas, de forma pró-activa e através do envio assertivo de informação e documentação que complete os critérios associados. As informações adicionais enviadas à Euronatura, para além de reforçarem o conjunto de informação disponível para análise, permitem a divulgação das práticas das empresas, promovendo a compreensão das estratégias levadas a cabo no combate às alterações climáticas.

A participação activa por parte das empresas, sejam as pré-seleccionadas pela Euronatura ou participantes voluntárias, é um ponto positivo, uma vez que as suas contribuições demonstram, por si só, a vontade de fazer mais e melhor e são um sinal de transparência. As empresas que manifestam este tipo de atitude

são: Repsol, CGD, Carris, Axa, Galp, REN, CEPSA, Santander Totta, Banif, CP, Millenium BCP, Fertagus, GENERG, EDP, BES, TAP, Luís Simões e TST, e também os participantes voluntários, CTT, Sonae Sierra, Portugal Telecom e Jerónimo Martins (Pingo-Doce).

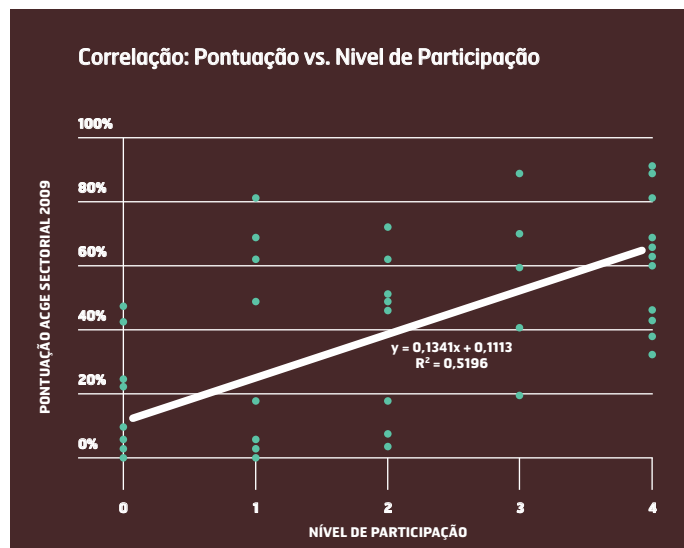


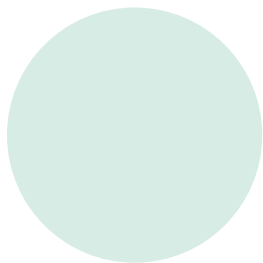
GRÁFICO 6.2 Correlação entre a Pontuação obtida no ACGE

Sectorial 2009 e o Nível de Participação da empresa

Tipicamente, as empresas que participam e comunicam, de forma abrangente e no âmbito do ACGE, obtêm resultados positivos. A regressão linear, entre a pontuação ACGE e nível de participação, demonstra:

- As empresas com um nível de participação 4 obtêm em média uma pontuação de 62%;
- As empresas com um nível de participação 3 obtêm em média uma pontuação de 56%;
- As empresas com um nível de participação 2 obtêm em média uma pontuação de 42%;
- As empresas com um nível de participação 1 obtêm em média uma pontuação de 32%;
- As empresas com um nível de participação 0 obtêm em média uma pontuação de 8%.

Por outro lado verificou-se que no grupo de empresas que obteve pontuação superior a 50%, se é verdade que não existe nenhuma empresa com nível de participação igual a 0, verifica-se que existem empresas com níveis de participação 1, 2, 3 e 4.



7

RESULTADOS ACGE SECTORIAL 2009

Uma análise global dos resultados do Índice ACGE Sectorial 2009 permite verificar a existência de ocorrências (pontuações das empresas) ao longo de todo o espectro de pontuações no qual se foca a análise: [8%; 100%]. O resultado global do ranking ACGE, evidencia que apenas existem seis diferenças de pontuação, entre posições sucessivas, consideradas significativas - [8%; 9%]: 4 ocorrências e [5%; 6%]: 2 ocorrências (ver figura 7.1). As demais diferenças entre empresas em posições sucessivas são inferiores a 3%, existindo ainda 16 ocorrências em que a diferença é nula (0%). O comportamento das empresas em análise é, portanto, diversificado, dado que os resultados estão dispersos ao longo de todo o domínio de pontuações.

Num contexto de análise abrangente observa-se a ocorrência de um número limitado de resultados no intervalo de pontuação: [10%; 40%], apenas 6 empresas. Comportamento inverso fica patenteado no intervalo de pontuação [40%; 50%], que revela uma elevada concentração de ocorrências, 11 empresas, sendo que neste intervalo existem 5 empresas com pontuação igual, de 45,9 pontos percentuais.

Para o grupo de 55 empresas avaliadas, a média de pontuações obtida é de 37,6%, este valor é, em larga medida, influenciado pela existência de 17 empresas com pontuação inferior a 8 pontos percentuais, sendo que deste grupo, 10 empresas não conseguiram preencher qualquer critério pontuável do Índice

ACGE Sectorial 2009. No entanto o valor da média representa, em última análise, o “estado da arte” no que se refere ao comportamento climático das empresas aqui avaliadas. As pontuações inferiores a 8%, para além de expressarem as reduzidas preocupações que estas empresas manifestam relativamente ao fenómeno das alterações climáticas, representam uma alteração significativa do comportamento estatístico das empresas como um todo, quantificado pela diferença entre a média e a média dos resultados obtidos pelas empresas com pontuações superiores a 8% (ver tabela 1), valor que pode ser considerado significativo.

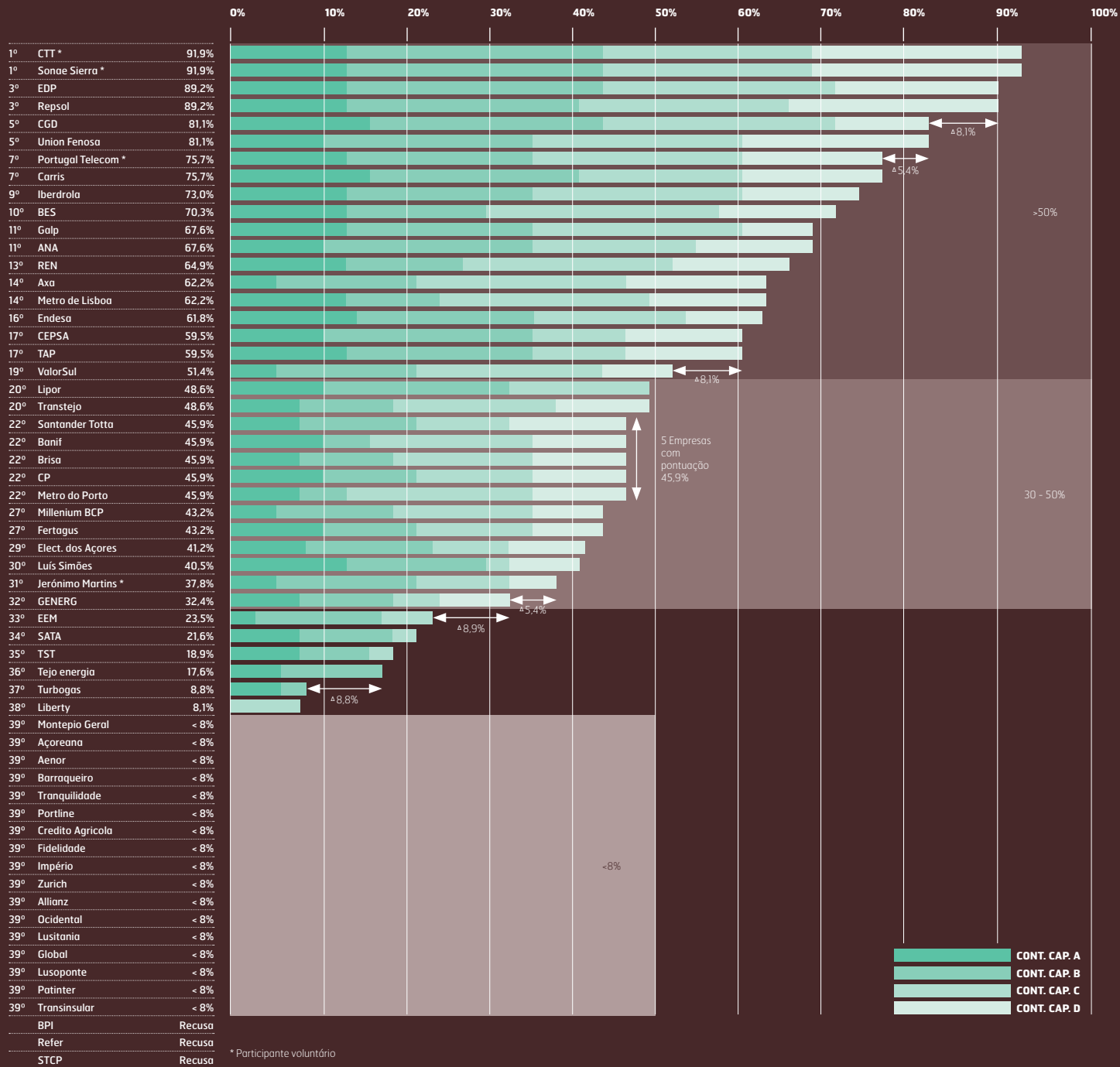
Média	37,6%

Média (apenas empresas com pontuações superiores a 8%)	53,7%

Diferença entre médias	16,1%

TABELA 7.1 Dados estatísticos relevantes

Por outro lado, verificamos que 32 empresas apresentam pontuação superior a 30%, e que 19 atingem pontuações superiores a 50%.



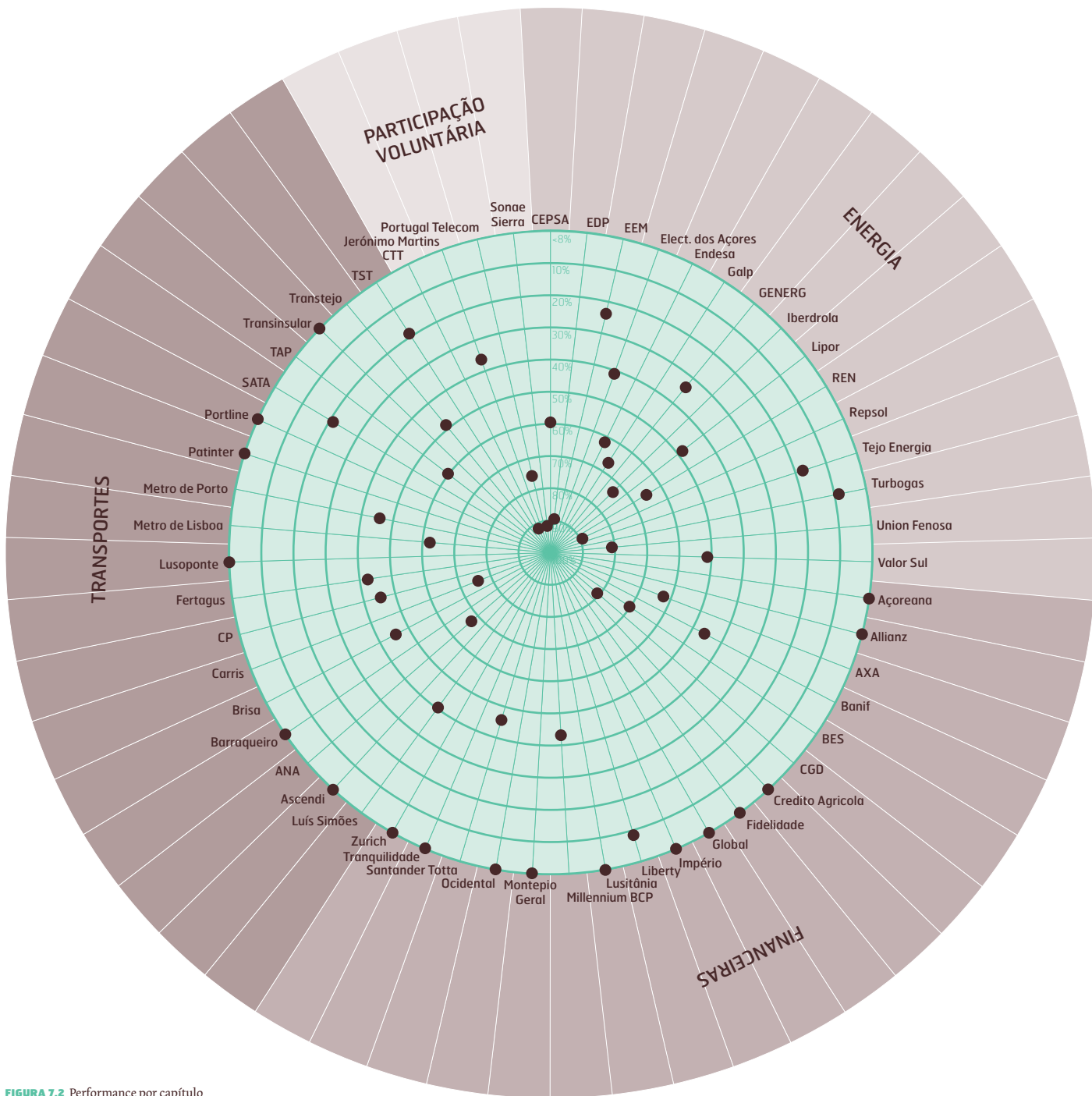


FIGURA 7.2 Performance por capítulo

Das 55 empresas que foram analisadas, verificamos que 32 (58,2%) debateram as questões relacionadas com alterações climáticas ao nível dos seus Conselhos de Administração e que 26 (47,3%) têm colaboradores a participar activamente no debate público sobre alterações climáticas. Este facto torna válido o pressuposto de que o tema das alterações climáticas é, cada vez mais, visto como uma preocupação e uma oportunidade comercial, deixando, definitivamente, de se restringir à esfera da política dos estados e do direito ambiental. As alterações climáticas são, de forma transversal, debatidas nas administrações das empresas.

Por outro lado, apenas 3 (5,5%) disponibilizam mecanismos específicos que permitem a participação dos seus colaboradores nas questões relativas a alterações climáticas. Já os accionistas parecem poder cumprir o seu papel influenciador dos órgãos administrativos nas questões associadas às Alterações Climáticas; em 24 (43,6%) empresas, aos accionistas, é, no mínimo, concedida esta possibilidade.

Quando realizamos uma análise dos investimentos da empresa em energias renováveis e eficiência energética, verificamos que apenas para 15 (27,3%) empresas não foi possível verificar a existência de qualquer tipo de investimento.

As empresas manifestaram também dificuldade em preencher o critério que pressupõe a existência de uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos. Relativamente a esta questão apenas uma empresa conseguiu demonstrar formalmente a existência de critérios climáticos específicos na seriação dos seus fornecedores e nas suas compras, sendo que 18 empresas manifestam preocupações neste capítulo.

A produção de documentação relacionada com o tema das Alterações Climáticas é uma ferramenta de divulgação comumente utilizada pelas empresas analisadas no ACGE. Verificou-se que 29 empresas (52,7%) publicam regularmente informação sobre a problemática das alterações climáticas

em comunicados ou em newsletters. Apesar do comprovado interesse em produzir informação sobre temas relacionados com Alterações Climáticas, apenas 4 empresas apresentaram pelo menos uma publicação de abordagem profunda e cuja qualidade de comunicação e conteúdo justificasse a sua diferenciação das restantes.

Relativamente à elaboração de inventários de emissões de GEE, critério que representa, em última análise, a informação necessária para a caracterização da sua pegada carbónica da empresa, verificámos que 29 empresas (52,7%) realizam essa inventariação voluntária e que 24 (43,6%) utiliza uma metodologia normalizada e experimentada.

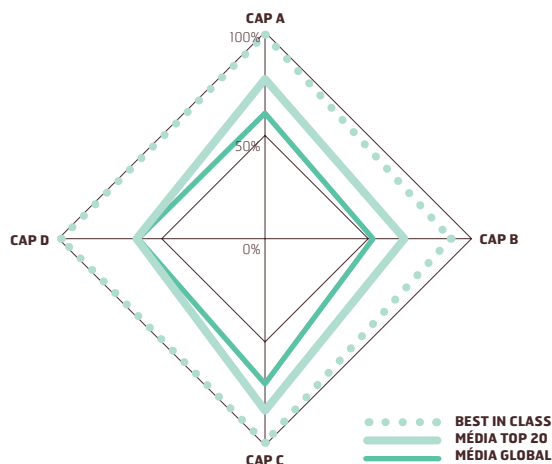


FIGURA 7.3 Performance por capítulo

NOTA Relativamente à Figura 7.3, importa mencionar que os dados da amostragem sofreram uma pré-selecção para evitar distorções nos valores das médias; consequência da falta de dados de um grupo substancial de empresas. Assim, foram estabelecidos resultados mínimos por capítulo, para entrar na amostragem do cálculo da média global e média top20. Os mínimos estabelecidos foram: Cap. A – 16,7%; Cap. B – 16,7%; Cap. C – 30%; Cap. D – 22,2%; Cap. E (S. Financeiro) – 16,7%; Cap. E (S. Transportes) – 25%. O Capítulo E será necessário na Análise Sectorial, desenvolvida à frente.

A análise da Performance das empresas por Capítulo de avaliação revela que existem áreas específicas em que as empresas podem ainda “conquistar terreno”. Neste aspecto, é evidente que o Capítulo D – Inventário de GEE apresenta a maior disparidade entre o *best in class* e o grupo do top20. O capítulo D é inclusivamente o único em que a diferença entre a média do grupo top20 e a média global se esbate quase na totalidade, o que acusa um atraso forte nesta área, mesmo nas empresas que globalmente desenvolvem boas práticas.

Analisando os resultados do conjunto dos Pré-Relatórios e dos respectivos Comentários para a participação no Índice, obtivemos o Top 10 ilustrado na tabela 7.2. Visando a actual edição a definição de um Índice Sectorial importa, no entanto, colocar todas as empresas em “pé de igualdade”. Para tal o ranking global não inclui, tal como acontece no ranking sectorial, as pontuações obtidas no Capítulo E (Questões específicas de cada Sector).

Ranking por percentagens		
1º	CTT *	91,9%
1º	Sonae Sierra *	91,9%
3º	EDP	89,2%
3º	Repsol	89,2%
5º	CGD	81,1%
5º	Union Fenosa	81,1%
7º	Portugal Telecom *	75,7%
7º	Carris	75,7%
9º	Iberdrola	73,0%
10º	BES	70,3%
* Participante Voluntário		

TABELA 7.2 Top-ten em percentagem (Sem Capítulo E)

Observando os resultados obtidos verificamos que, relativamente às 10 empresas do Top 10, estes estão distribuídos por seis patamares (91,9%; 89,2%; 81,1%; 75,7%; 73,0%; 70,3%), sendo as diferenças entre patamares de 2,7%; 8,1%; 5,4% e 2,7%, e que resulta numa diferença entre 1º e 10º, de 21,6 pontos percentuais. Estas diferenças parecem ser bastante significativas, existindo portanto margem para melhorias no comportamento das empresas, mesmo quando analisamos apenas aquelas que obtêm melhores resultados. Deve no entanto ressaltar-se que os diferenciais mais significativos são entre a 3ª e a 5ª e entre a 5ª e a 7ª posições, com especial relevância para o primeiro diferencial.

Os CTT e Sonae Sierra são as empresas que obtêm melhor pontuação global nestes moldes, i.e. sem contabilizarmos as questões específicas de cada sector. Estas empresas apresentam uma política estruturada de combate às alterações climáticas, com base numa monitorização profunda, na divulgação de resultados e na definição e cumprimento de objectivos quantificados.

O desempenho dos primeiros classificados é idêntico entre si e distingue-se do grupo formado pela EDP e Repsol nas questões relacionadas com a definição de objectivos absolutos de emissão de GEE (Capítulo D), para a EDP, e na definição de uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos, no caso da Repsol. A EDP e a Repsol têm uma participação quase idêntica, sendo que, segundo o Índice ACGE, a EDP desenvolve mais as questões associadas à gestão e divulgação, e a Repsol dedica maior atenção à definição dos objectivos relacionados com alterações climáticas.

Uma análise da tabela Top 10, permite apurar que as diferenças de pontuação estão, tipicamente, associadas à definição e quantificação dos objectivos

relacionados com Alterações Climáticas, à sua publicação e divulgação pública, às acções oriundas de uma metodologia de redução de emissões e a questões relacionadas com documentos das empresas.

No que se refere ao grupo constituído pela CGD e a Union Fenosa, e apesar de apresentarem a mesma pontuação, a sua participação é bastante diferente. A CGD tem uma participação irregular, sendo exemplar no que se refere à estrutura e supervisão das questões ambientais e na divulgação das suas preocupações climáticas, e menos assertiva na definição e quantificação de objectivos climáticos específicos e absolutos. A Union Fenosa, dedica bastante atenção ao seu inventário de GEE e à definição de objectivos climáticos, mas por outro lado parece descuidar a sua política de gestão ambiental e as suas preocupações com as Alterações Climáticas.

A Carris e a Portugal Telecom (PT) têm uma participação idêntica, com especial atenção para o desenvolvimento da sua estrutura administrativa, para a supervisão das questões ambientais e para as características dos seus inventários de GEE. A PT valoriza a divulgação das suas preocupações climáticas e, aparentemente, em detrimento das questões relacionadas com a gestão da empresa, investimento e desempenho dos colaboradores. A Carris, única empresa do sector dos transportes no top 10, tem uma participação regular e que denuncia idênticos graus de desenvolvimento para as diversas secções de análise. Relativamente às demais empresas do top 10 a Carris parece apenas descuidar algumas questões associadas à qualidade da divulgação das suas preocupações com as Alterações Climáticas.

A Iberdrola tem uma participação irregular, dado que manifesta uma estrutura administrativa e supervisão das questões ambientais com muito bons

resultados, comportamento que não se mantém quando avaliamos a empresa nas questões de gestão, preocupações climáticas, características dos inventários e definição de objectivos climáticos.

A participação do BES é também irregular, sendo exemplar quando avaliamos a estrutura administrativa, supervisão das questões ambientais e as questões associadas à divulgação das suas preocupações climáticas, sendo menos assertiva na gestão de investimentos em energias renováveis, nas preocupações climáticas e no desempenho associado aos colaboradores.

Relativamente às áreas de negócio e aos sectores onde as empresas actuam, é possível verificar que existe uma tendência para obtenção de resultados positivos por parte de empresas inseridas do sector energético, com 4 empresas (EDP, Repsol, Union Fenosa e Iberdrola). Também não é desprezável a existência de duas empresas do sector financeiro, a CGD e BES, e a participação positiva de 3 participantes voluntários, CTT, Sonae Sierra e Portugal Telecom.

A Carris é a única representante, no Top 10, do sector dos transportes, sendo a sua participação destacável por essa razão.

Das dez empresas que fazem parte da lista Top 10, é importante referir que 5 são empresas de capitais públicos ou que, historicamente, estão ligadas ao estado, os CTT, a EDP, a Carris, CGD e a PT, são empresas em que o Estado tem ou teve, no mínimo, um papel importante na definição de políticas. Por outro lado, destas empresas, existem também 3 empresas iminentemente espanholas e ligadas ao sector energético, Repsol, Union Fenosa e Iberdrola. Do grupo das 10 primeiras apenas a Sonae Sierra e o BES são empresas de capitais privados e, tendencialmente, associadas a negócios em Portugal.

ACGE Financeiro 2009

Ranking por percentagens		
1º	CGD	78,1%
2º	BES	70,6%
3º	AXA Portugal	57,5%
4º	Banif	46,9%
5º	Millenium BCP	46,3%
6º	Santander Totta	43,8%
7º	Liberty Seguros	9,4%
8º	Montepio Geral	< 8%
9º	Açoreana	< 8%
10	Tranquilidade	< 8%
11º	Credito Agricola	< 8%
12º	Fidelidade	< 8%
12º	Império	< 8%
12º	Zurich	< 8%
12º	Allianz	< 8%
12º	Ocidental	< 8%
12º	Lusitania	< 8%
12º	Global	< 8%
12º	Império	< 8%
12º	Zurich	< 8%
	BPI	RECUSA

TABELA 7.3 Ranking Sector Financeiro

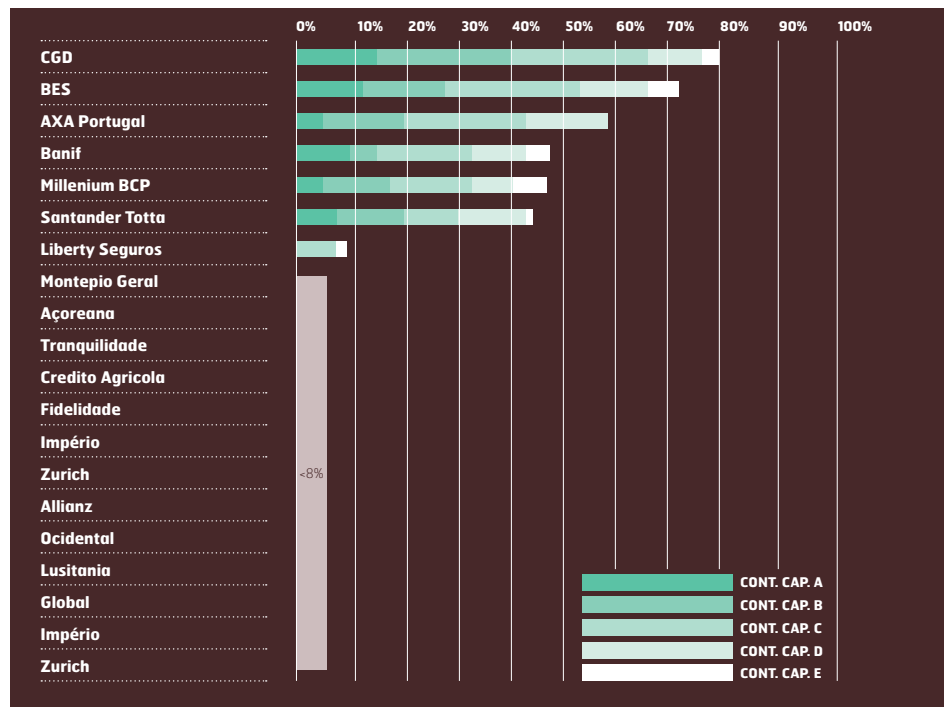


FIGURA 7.4 Performance empresas sector financeiro

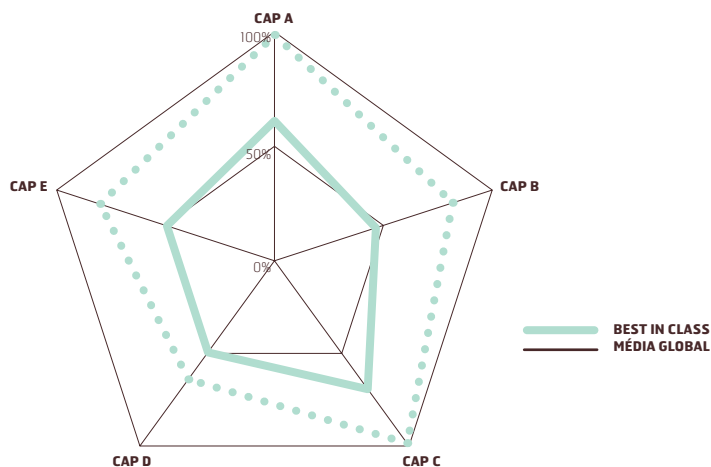


FIGURA 7.5 Performance por capítulo do sector financeiro

A Tabela 3 ilustra a disparidade que existe entre as empresas do sector financeiro. A CGD e o BES alcançam uma pontuação elevada, embora com diferencial significativo entre si, seguidos de quatro casos de pontuações intermédias, e a restante maioria com resultados residuais ou nulos. Esta maioria é essencialmente composta por seguradoras que, à excepção da AXA Portugal e, até certa medida, da Liberty Seguros, ainda não estão empenhadas em desenvolver dentro da sua organização, e a nível nacional, uma política corporativa sensível às AC. Além das seguradoras encontramos dois bancos – Montepio Geral e Crédito Agrícola – com preocupações com as AC ainda bastante incipientes. Contudo, o Montepio Geral revelou uma clara vontade

de desenvolver trabalho nesta matéria, ao passo que o Crédito Agrícola parece encontrar-se mais afastado deste tema e da divulgação pública do trabalho que desenvolve na área da sustentabilidade.

É revelada uma proximidade entre as pontuações médias, que perdura do anterior Índice ACGE, entre os bancos Banif, Millennium BCP e Santander Totta. Não existiu um banco deste grupo que fizesse progredir a sua performance e ganhasse distância deste agregado.

Da *Performance por Capítulo* aplicada às empresas financeiras, destaca-se a falta de um líder do sector que possua um desempenho excelente no capítulo de questões sectoriais – Cap. E. Também o Capítulo D, correspondente à inventariação de GEE e respectivas reduções de emissões, carece de melhorias ao nível do *best in class*.

Critérios exclusivos para o Sector Financeiro

	Auditorias energ. a edificios	Mecanismos de identificação de riscos consequentes das AC, na atribuição de seguros e/ou financiamento	Produtos ou serviços que internalizem em as AC	Desenvolvimento de projectos CDM ou JI	Participações financeiras na área de I&D de tecnologias low-carbon
BCP	✓	✓	✓	-	✓
BES	✓	-	✓	✓	✓
BANIF	-	-	✓	✓	✓
CGD	✓	-	✓	-	-
CRÉDITO AGRÍCOLA	-	-	✓	-	-
LIBERTY Seguros	-	-	✓	-	-
MONTEPIO GERAL	-	-	-	-	-
SANTANDER TOTTA	✓	-	-	-	-
Outras seguradoras	-	-	-	-	-

TABELA 7.3 Critérios ACGE Sectorial 2009 para o Sector Financeiro.

ACGE Energia Ibérico 2009

Ranking por percentagens		
1º	EDP	89,2%
1º	Repsol	89,2%
3º	Union Fenosa	81,1%
4º	Iberdrola	73,0%
5º	Galp	67,6%
6º	REN	64,9%
7º	Endesa	61,8%
8º	CEPSA	59,5%
9º	ValorSul	51,4%
10º	Lipor	48,6%
11º	Electricidade dos Açores	41,2%
12º	GENERG	32,4%
13º	EEM	23,5%
14º	Tejo energia	17,6%
15º	Turbogas	8,8%

TABELA 7.5 Ranking Sector Energético

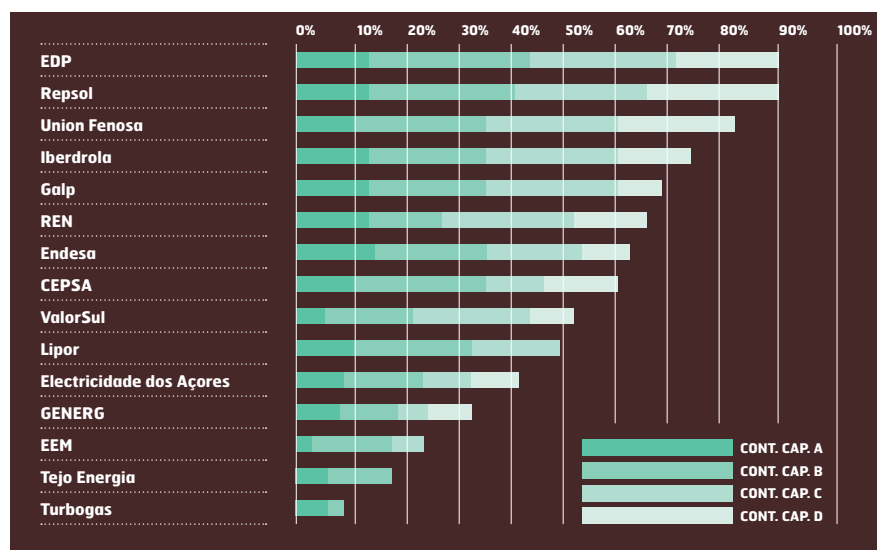


FIGURA 7.6 Performance empresas sector energia

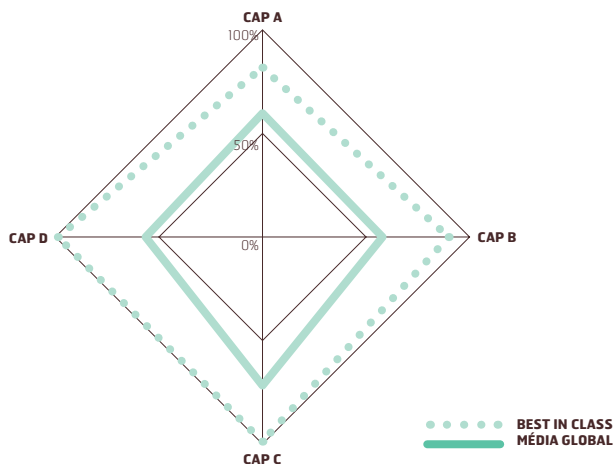


FIGURA 7.7 Performance por capítulo do sector energia

O ranking para o sector energético apresenta resultados bastante satisfatórios, com cerca de $3/4$ das empresas com resultados acima dos 50%. Surgem duas empresas como líderes do sector, a EDP e Repsol, evidenciando pontuações muito elevadas.

Importa salientar que a análise das empresas multinacionais de energia foi feita com base nas suas actividades levadas a cabo dentro do espaço ibérico, pelas razões desenvolvidas no Capítulo 5. Não fosse este o caso, várias empresas de origem espanhola – Iberdrola, Union Fenosa, Repsol e Endesa – veriam as suas posições fragilizadas, já que a sua actuação perante as AC a nível nacional ainda é reduzida.

Das empresas do sector energético, duas actuam na área dos resíduos, a Valorsul e a Lipor, e ambas apresentam resultados na casa dos 50%. Embora a Lipor se encontre mais avançada na inventariação de emissões de GEE e desenvolva com mais afinco a área de Divulgação das AC, a empresa saiu penalizada pelo lançamento tardio de documentos e relatórios relevantes e alusivos às actividades de 2008.

Ao nível da performance por capítulo, a média global é bastante positiva e homogénea por capítulo, e apenas há a salientar não existir uma pontuação excelente para o best in class ao nível do capítulo A – Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais, o único caso entre os 3 sectores.

ACGE Transportes 2009

Ranking por percentagens		s/ Cap. E	c/ Cap. E
1º	Carris	75,7%	75,6%
2º	ANA	67,6%	
3º	TAP	59,5%	62,5%
4º	Metropolitano de Lisboa	62,2%	59,4%
5º	Transtêjo	48,6%	46,9%
6º	Brisa	45,9%	
6º	CP	45,9%	44,4%
6º	Metro do Porto	45,9%	42,5%
9º	Fertagus	43,2%	41,9%
10º	Luís Simões	40,5%	41,3%
11º	SATA	21,6%	20,0%
12º	TST	18,9%	19,4%
13º	Aenor	<8%	
14º	Barraqueiro	<8%	<8%
15º	Portline	<8%	<8%
16º	Lusoponte	<8%	
16º	Patinter	<8%	
16º	Transinsular	<8%	<8%
	REFER		RECUSA
	STCP		RECUSA

TABELA 7.6 Ranking Sector dos Transportes

O ranking do sector dos transportes revela que ainda existe espaço para progresso na performance das empresas no que toca às AC. Existe um claro líder da tabela, a Carris, ficando a uma distância significativa da empresa que conquista o 2.º lugar, a ANA. Significa isto que a distribuição das empresas se faz predominantemente entre as pontuações medianas e as pontuações residuais.

Outro aspecto digno de nota é o facto das 5 empresas mais bem classificadas serem de capitais públicos. A interpretação lógica desta ocorrência é de que o sector privado tem carecido de motivação ou obrigação para desenvolver trabalho na área das AC. Contudo este raciocínio é contraditório com as evoluções temporais positivas (Capítulo 10) de um número

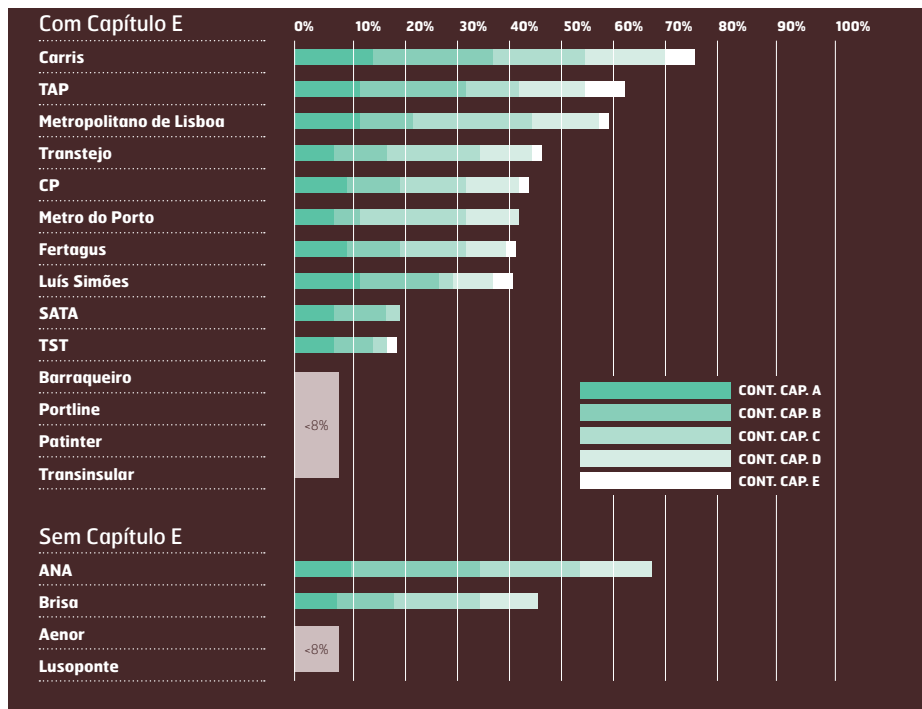


FIGURA 7.8 Performance empresas sector transportes

significativo de empresas: Transtêjo, CP, Fertagus, Metro do Porto e Luís Simões. Tal leva a crer que o distanciamento entre a performance do sector público e privado tem tendência a estreitar-se.

Na análise de *Performance por Capítulo do Sector dos Transportes*, repete-se o caso descrito no ranking global: há um défice significativo no desempenho do *best in class* para o Cap. D - Inventários de GEE. As actividades referentes à Gestão de Empresas e Preocupações Ambientais também mostram potencialidade de investimento por parte das empresas. Relativamente ao Capítulo E, ao contrário do que sucede no Sector Financeiro, no Sector dos Transportes já existe uma classificação de 100% para o *best in class*.

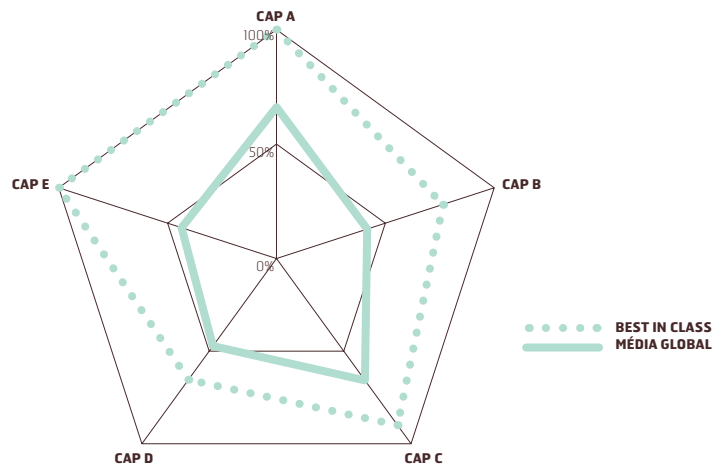
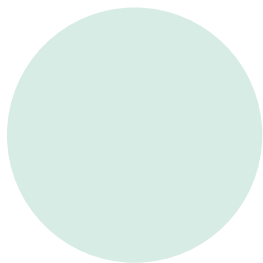


FIGURA 7.9 Performance por capítulo do sector transportes (nota: nos capítulos A, B, C e D consideram todas as empresas do sector)



8

QUESTÕES ESPECÍFICAS

O PAPEL DOS ACCIONISTAS NAS QUESTÕES RELACIONADAS COM ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS...

• Os CTT referem que “*por determinação do accionista Estado, a grelha de avaliação do desempenho da gestão considera, entre outras variáveis, o Índice de Sustentabilidade, que inclui a componente ambiental, com determinado peso. O accionista estabeleceu objectivos plurianuais relativamente à pontuação a alcançar, até 2010. O accionista solicita pontos de situação e fixa objectivos gerais.*”

• A Sonae Sierra refere que: “*Os accionistas acompanham as questões de Alterações Climáticas da seguinte forma:*

- *Aprovação do Relatório de Responsabilidade Corporativa;*
- *Nas reuniões periódicas com a Grosvenor o tema das alterações climáticas é discutido tendo em vista a troca de experiência e de informação;*
- *No fórum de Sustentabilidade da Sonae;*
- *No desafio lançado pela Sonae aos vários negócios, assumindo compromissos públicos no seu relatório de Sustentabilidade.*”

• A Caixa Geral de Depósitos como sociedade anónima de capitais públicos tendo como único accionista o Estado, refere que “*à semelhança do papel que sempre assumiu para o desenvolvimento económico e social de Portugal, assume também, no domínio do ambiente e das alterações climáticas, o compromisso de contribuir para que Portugal seja um país de referência e atinja as metas estabelecidas em termos de emissões de CO₂.*”

• Também do sector financeiro, o BES refere que: “*os accionistas/ investidores e analistas financeiros, solicitam informações que se prendem com esta temática as quais são apresentadas nas conferências, reuniões one-to-one e outras reuniões. Na sequência destas solicitações e numa perspectiva de transparência o BES respondeu ao Carbon Disclosure Project 2009.*”

Nesta questão verificou-se que quando analisamos empresas cujo accionista principal é um grande Grupo empresarial com evidentes preocupações verificamos que este, apenas define linhas orientadoras para a empresa em Portugal. As preocupações associadas às alterações climáticas manifestadas pela empresa “mãe”, só em raros casos têm transposição para a realidade portuguesa.

• Para a Liberty seguros: “*as questões ambientais têm sido debatidas ao nível do Conselho de Administração e também a nível Internacional pelo Grupo, existindo várias iniciativas em fase de estudo, com o objectivo de implementar programas de alterações de hábitos e novas abordagens ao problema das alterações climáticas. Nomeadamente, foi recentemente lançado a UK Liberty Environmental Damage Policy, desenhado com o objectivo de garantir a segurança do meio ambiente causado pelas empresas.*”

• Já a Axa Portugal, cujo principal accionista é o Grupo Axa: “*O nosso principal accionista é o primeiro a fixar objectivos de redução.*”

• A EDP refere, relativamente à participação dos seu accionistas, que: “*cabe à Assembleia Geral da EDP eleger os membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (...). A Assembleia Geral elege ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade.*”

No sector energético muitas são as empresas que, relativamente ao papel dos accionistas, dizem que ele se materializa através da Assembleia-Geral.

• A REN, alude as suas obrigações: *“Por ser uma sociedade cotada no índice PSI-20 do Euronext Lisboa, a REN tem obrigações especiais de reporte a um conjunto de partes interessadas, onde se incluem por exemplo os accionistas.”*

• A Carris: *De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo, consignados no ponto 29 da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, as empresas públicas devem: “...incluir nos seus relatórios de gestão um ponto relativo ao governo das sociedades do qual constem, designadamente, os regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita, as informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas e as remunerações dos membros dos órgãos sociais, bem como uma análise de sustentabilidade e, em geral, uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.”; Para além da informação sobre o governo das sociedades que consta no referido Relatório, a Carris disponibiliza esta informação, também, na sua página na Internet e na Intranet, bem como no sítio electrónico www.dgt.pt – Sector Empresarial do Estado, mantendo-a, periodicamente, actualizada.”*

SOBRE A POSIÇÃO DA EMPRESA PERANTE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Nesta questão é nítida a diferenciação sectorial das posições das empresas. Embora em cada sector as empresas que assumam uma posição, fazem-no dentro dos mesmos pressupostos entre si. No Sector Financeiro, a grande maioria das seguradoras, por não terem ainda desenvolvido uma área de sustentabilidade a nível nacional, não manifestam posição. Na banca, existe a percepção de que as AC são um desafio merecedor de atenção não só pelas suas consequências ambientais, mas também por constituírem uma ameaça à estabilidade económica. Alguns bancos dizem manifestar as suas preocupações através da definição das áreas do seu *core business* – crédito a projectos/equipamentos de energia renovável – como um contributo na mitigação das AC.

No Sector Energético, há ainda várias empresas que não formalizam uma tomada de posição evidente, relativa às AC. No entanto, as posturas que existem neste sector têm em comum a assunção de que as empresas do sector energético fazem tanto parte do problema como da resposta. Assim, realçam os esforços que desenvolvem nesse sentido: investimento na I&D, alteração do *mix* energético (produtoras) e na sensibilização de consumidores.

No Sector dos Transportes, existe ainda uma baixa taxa de posições formalizadas e comunicadas ao público. Mas as empresas deste sector vêm-se enquanto agentes activos na mudança de paradigma, conscientes de que estão também obrigadas a aumentar a sua eficiência e da significância do sector dos transportes na contribuição para as emissões de GEE.

SOBRE A INTERNALIZAÇÃO DO CUSTO OU DO RISCO PARA O SEU NEGÓCIO DECORRENTE DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS...

Durante a edição do ACGE sectorial 2009 verificou-se que algumas empresas realizam uma análise superficial dos riscos para o seu negócio decorrentes das Alterações Climáticas, assumindo, na maioria dos casos, o binómio de risco e oportunidade. Outras ainda assimilam este conceito, analisando a sua exposição ao risco regulamentar e ao risco reputacional. Nestes casos, notou-se uma maior sensibilidade por parte das empresas do Sector Energético. As empresas financeiras identificam como factores de exposição ao risco:

- *Exposição de clientes, de entidades participadas ou de alguma forma associadas no Comércio Europeu de Emissões;*
- *Algumas empresas, enquanto grandes consumidores de energia eléctrica, assumem o custo do carbono como um risco para o seu negócio.*
- *Fenómenos climáticos extremos que provoquem o incumprimento de crédito imobiliário.*

Por outro lado, tipicamente, as empresas estudadas no ACGE Sectorial 2009 parecem ainda não ter desenvolvido mecanismos que levem à quantificação do risco associado às alterações climáticas, no entanto consideram este factor importante e algumas prevêem que as AC se venham a reflectir no custo dos seus produtos/serviços.

Na generalidade, observa-se um estímulo para a realização de investimentos financeiros relacionados com as Alterações Climáticas, em eficiência energética, na neutralização, captura e sequestro de carbono, bem como em investimentos na criação de diversos produtos financeiros relacionados. No entanto alguns destes investimentos apenas representam um custo associado à adaptação ao mercado, crescentemente sensível às questões relacionadas com Alterações Climáticas, atitude que, sendo benéfica, não expressa uma internalização formal e quantificada dos custos materiais potencialmente decorrentes das alterações climáticas.

As seguradoras, na generalidade, apesar das crescentes preocupações manifestadas pelas suas congéneres internacionais, não parecem monitorizar o risco das alterações climáticas na sua área de acção. Neste contexto está, aparentemente, por realizar a nível nacional a quantificação da sua exposição a perdas associadas a fenómenos extremos decorrentes das alterações climáticas.

No caso das empresas do Sector dos Transportes, o risco associado às AC é muitas vezes considerado pela empresa como tendo sido incorporado a montante, no custo da energia.

A internalização do custo ou do risco decorrente das alterações climáticas, proposta pela Euronatura através da inclusão deste critério de avaliação, não é, no contexto actual, uma prática comum. Algumas empresas alegam existirem questões associadas à complexidade do tema que inviabilizam a realização de acções concretas, estando no entanto interessadas em desenvolver e incluir este conceito na sua gestão.

SOBRE INVESTIMENTOS EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Com excepção da área seguradora, o cumprimento do critério que avalia os investimentos em eficiência energética e energias renováveis tem uma percentagem de cumprimento muito elevada. No entanto verificam-se grandes variações no nível e abrangência destes investimentos, mesmo quando tomadas em consideração as dimensões da empresa. Dentro do cumprimento, existe uma distribuição sensivelmente igualitária entre os que possuem investimentos de grande monta e os menos significativos.

SOBRE O INVENTÁRIO DE GASES COM EFEITO ESTUFA...

A avaliação da qualidade e a profundidade da inventariação de GEE são critérios importantes quando avaliamos o comportamento “climático” das empresas, este está transposto para o ACGE quando analisada a metodologia utilizada e verificado o âmbito do inventário, assim através da análise da tabela 8e.1 verifica-se:

- *As empresas de Transportes não realizam inventário de GEE para o âmbito 3;*
- *As empresas do Sector Financeiro revelam apetência para aprofundarem o seu inventário de GEE até ao âmbito 3;*
- *As empresas associadas ao sector energético têm comportamentos diversificados, no entanto muitas consideram que as suas emissões de âmbito 3 não têm expressividade material.*

Inventário de GEE

	Metodologia	Âmbito 1	Âmbito 2	Âmbito 3
Sector Energético				
CEPSA	Concawe98	✓	✓	-
EDP	GHG Protocol	✓	✓	✓
GALP Energia	GHG Protocol	✓	-	✓
GENERG	Própria	✓	-	-
IBERDROLA	GHG Protocol	✓	✓	✓
REN	GHG Protocol	✓	✓	-
REPSOL	American Petroleum Inst.	✓	✓	✓
UNIÓN FENOSA	Própria	✓	✓	✓
VALORSUL	Análise em contínuo/colecta	✓	-	-
Sector Financeiro				
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	Própria	✓	✓	✓
BANCO ESPÍRITO SANTO	GHG Protocol	✓	✓	✓
BANIF	GHG Protocol	✓	✓	✓
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	GHG Protocol	✓	✓	✓
SANTANDER TOTTA	GHG Protocol	✓	✓	✓
AXA PORTUGAL	GHG Protocol	✓	✓	✓
Sector Transportes				
ANA	Factor emissão SEN	✓	✓	-
BRISA	IPCC / f.e. SEN	✓	✓	-
CARRIS	Atm. Emis. Inv. Guidebook	✓	✓	-
CP	f.e. SEN/Int. carbónica gasól.	✓	✓	-
FERTAGUS	f.e. SEN + f.e.combust.	✓	✓	-
LUÍS SÍMÕES	Própria	✓	✓	-
METROPOLITANO de LISBOA	f.e. EDP	-	✓	-
METRO de PORTO	Própria / Fed. Eur. Trans. Amb.	✓	✓	-
TAP	GHG Protocol	✓	✓	-
TRANSTEJO	GHG Protocol	✓	✓	-
Participação Voluntária				
CTT	GHG Protocol + PostEurop	✓	✓	✓
JERÓNIMO MARTINS	Própria	✓	✓	-
PORTUGAL TELECOM	GHG Protocol	✓	✓	✓
SONAE SIERRA	GHG Protocol	✓	✓	✓

NOTA As empresas que apenas possuem o inventário obrigatório pelo CELE não constam.
 Âmbito 1 - Emissões directas de GEE
 Âmbito 2 - Emissões indirectas de GEE e electricidade
 Âmbito 3 - Outras emissões indirectas de GEE

TABELA 81.1 Metodologia e Âmbito dos inventários de GEE

SOBRE OS OBJECTIVOS CLIMÁTICOS...

A definição de objectivos quantificados de emissão ou associados a Alterações Climáticas permite à empresa quantificar o seu esforço de redução ou, em última análise, assumir um vínculo associado às Alterações Climáticas. Muitas são as empresas que não conseguem determinar e quantificar estes objectivos, no entanto muitas empresas realizam este exercício, com profundidades variáveis e que ficam explicitados na tabela 8f.1.

Obj. Climáticos Quantificados	Emissões de GEE					
	Existem	Acesso Público	Obj. globais de redução de emissões	Obj. de redução p/ sectores específicos da empresa	Período temporal de alcance do obj.	Alcançou redução de emissões
Sector Energético						
CEPSA	✓	✓	-	✓	1-2a	-
EDP	✓	✓	-	✓	sim	✓
ENDESA	✓	✓	✓	✓	12a	-
GALP Energia	-	-	-	-	-	-
IBERDROLA	-	-	-	-	-	✓
REN	-	-	-	-	-	✓
REPSOL	✓	✓	✓	✓	anual	✓
UNIÓN FENOSA	✓	✓	✓	✓	1-2a	✓
VALORSUL	✓	✓	-	-	-	-
Sector Financeiro						
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	-	-	-	-	-	-
BANCO ESPÍRITO SANTO	✓	-	-	✓	sim	-
BANIF	-	-	-	-	-	-
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	✓	✓	-	-	-	-
SANTANDER TOTTA	-	-	-	-	-	✓
AXA PORTUGAL	✓	✓	-	✓	sim	-
Sector Transportes						
ANA	✓	✓	-	-	5a	-
BRISA	-	-	-	-	-	✓
CARRIS	✓	-	-	✓	1a	✓
METROPOLITANO DE LISBOA	-	-	-	-	-	✓
TAP	✓	✓	-	✓	1a	-
Participação Voluntária						
CTT	✓	✓	✓	✓	1a	✓
Portugal Telecom	✓	✓	-	✓	sim	-
Sonae Sierra	✓	✓	✓	✓	1a	✓

TABELA 8f.1 Características da Definição dos Objectivos Climáticos da Empresas

Relativamente a vínculos quantificados, apenas algumas das empresas participantes no ACGE Sectorial 2009, os formalizam de forma plena e global. As referências a estes objectivos foram esquematizados na figura 8f.1, onde se pode observar que apenas a Union Fenosa concretiza objectivo de redução com base no ano de 1990 (ano referência para o Protocolo de Quioto), as demais empresas utilizam anos entre 2005 e 2008. Relativamente ao ano de cumprimento destes objectivos, as referências são também duplas, sendo 2020 para a Union Fenosa, Sonae Sierra e Endesa, e 2013 para os CTT e a Repsol.

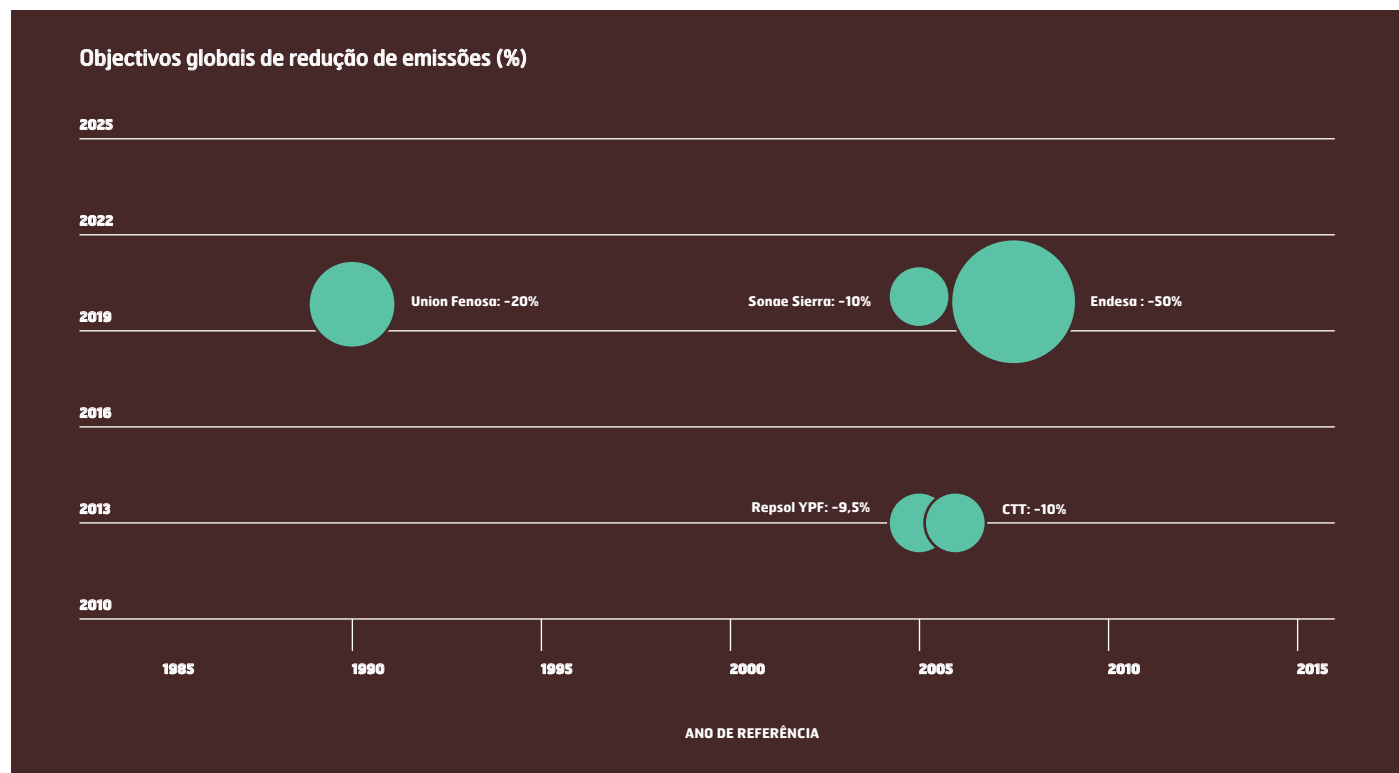


FIGURA 8f.1 Objectivos de redução de emissões GEE para a globalidade da empresa (em %)

9 EVOLUÇÕES

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ACGE 2005 - ACGE SECTORIAL 2009

Após cinco edições do projecto Índice ACGE, uma análise temporal da prestação das empresas ganha utilidade e relevo.

Evolução dos Resultados ACGE 2005 - ACGE Sectorial 2009

	ACGE 2005	Diferença	ACGE Sectorial 2006	Diferença	ACGE 2007	Diferença	ACGE Sectorial 2009
CTT	62,5	↑	65,5	↑	83,3	↑	91,9
Sonae Sierra	94,4	↓	82,8	↑	86,7	↑	91,9
EDP	91,7		-	↓	80,0	↑	89,2
Repsol	58,3		-		-	↑	89,2
Caixa Geral de Depósitos	36,1	↓	24,1	↑	60,0	↑	81,1
Union Fenosa	-		-		-		81,1
Carris	58,3	↑	69,0	↑	73,3	↑	75,7
Portugal Telecom	91,7		-		-	↓	75,7
Iberdrola	-		-		-		73
BES	75,0	↓	69,0	↑	76,7	↓	70,3
ANA	-		-		-		67,6
Petrolgal (05 e 07) e Galp Energia (06 e 09)	86,1	↓	69,0	↓	64,3	↑	67,6
REN	77,8		-		-	↓	64,9
AXA Seguros	11,1	↓	3,4	↑	53,3	↑	62,2
Metro de Lisboa	51,4	↓	13,8	↑	40,0	↑	62,2
Endesa	-		-		-		61,8
CEPSA	-		-		78,6	↓	59,5
TAP	69,4	↓	51,7	↑	66,7	↓	59,5
Valor Sul	73,6		-	↓	33,3	↑	51,4
LIPOR	48,6		-	↓	30,0	↑	48,6
Transtejo	-		24,1		-	↑	48,6
Banif	-		24,1	↑	50,0	↓	45,9
Brisa	-		-		-		45,9
CP	41,7	↓	27,6	↓	<20,0	↑	45,9
Metro do Porto	26,4	↑	37,9	↓	26,7	↑	45,9
Santander Totta	-		44,6	↑	50,0	↓	45,9
BCP	72,2	↓	51,7	↑	53,3	↓	43,2
Fertagus	8,3	↑	13,8	↑	20,0	↑	43,2
Elect. dos Açores	-		-		-		41,2

TABELA 9.1 Empresas estudadas no
ACGE 2005, ACGE Sectorial 2006,
ACGE 2007 e ACGE Sectorial 2009

Evolução dos Resultados ACGE 2005 - ACGE Sectorial 2009 (Continuação)

	ACGE 2005	Diferença	ACGE Sectorial 2006	Diferença	ACGE 2007	Diferença	ACGE Sectorial 2009
Luís Simões	48,6	↓	31,0	↓	23,3	↑	40,5
Pingo Doce - Feira Nova Jerónimo Martins	69,4		-	↓	46,7	↓	37,8
GENERG	-		-		-		32,4
E. Elect. da Madeira	-		-		-		23,5
SATA	-		S/D		RECUSA		21,6
TST	-		24,1		-	↓	18,9
Tejo Energia	52,8		-	↓	32,1	↓	17,6
Turbogás	65,3		-		-	↓	8,8
Liberty Seguros	-		Recusa		-		8,1
Montepio Geral	-		<8		-		<8
Açoreana	-		S/D		-		<8
Aenor	-		-		-		<8
Barraqueiro Transportes	-		17,2		-	↓	<8
Tranquilidade	-		<8		-		<8
Portline	20,8		S/D		-		<8
Credito Agrícola	-		-		-		<8
Fidelidade	-		-		-		<8
Império Bonança	6,9		S/D		S/D	→	<8
Zurich	-		S/D		-		<8
Allianz	-		S/D		-		<8
Ocidental	-		-		-		<8
Lusitania	-		S/D		-		<8
Global	-		S/D		-		<8
Lusoponte	-		-		-		<8
Patinter	31,9	↓	10,3		S/D	↓	<8
Transinsular	0		S/D		-		<8
STCP	26,4	↑	27,6	↓	<20,0%		Recusa
BPI	-		13,8		-		Recusa
REFER	-		-		-		Recusa

A informação da Tabela 1 consente as seguintes interpretações:

. A homogeneidade evolutiva nas sete empresas melhor classificadas, traduz um esforço contínuo em manter um bom resultado – circunstância da **Sonae Sierra** e **EDP** – ou em superar atrasos que se vieram a extinguir, caso dos **CTT**, **Repsol**, **CGD** e **Carris**.

. As maiores evoluções positivas devem-se ao desenvolvimento de preocupações climáticas no interior da empresa ou a uma esquematização e formalização de preocupações já existentes. Aparenta ser este o caso da **AXA**, **Transtejo**, **Fertagus**, **CP**, **Luís Simões**, **ValorSul** e **LIPOR**. Nestes casos, um maior nível de comunicação dirigido ao exterior – como por exemplo a publicação de Relatórios de Sustentabilidade – foi um factor valioso.

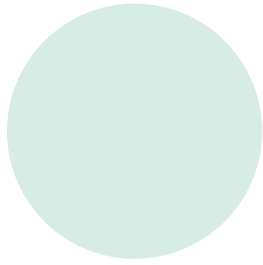
. Com a evolução metodológica do projecto, o Índice ACGE ganhou, em cada nova edição, um nível mais elevado de exigência. Em 2009, a quebra no resultado de algumas empresas, pode ser resultado de um nível de investimento constante no tema das AC, mas agora cotado por uma matriz de avaliação mais exigente. Importa realçar que do ACGE 2007 para o ACGE Sectorial 2009, houve um aumento de 7 pontos nos critérios pontuáveis, passando o universo de pontos aplicáveis de 30 para 37 (excluindo o Cap. E).

. Existem alguns sectores empresariais que são manifestamente escassos na informação e actividade que desenvolvem internamente sobre Alterações Climáticas, e que nada têm progredido desde 2005. É este o caso de grande parte do **sector segurador** e das **transportadoras marítimas**.

EVOLUÇÃO NOS CRITÉRIOS GERAIS ACGE 2007 - ACGE SECTORIAL 2009

O Índice ACGE e os critérios que são a base para a avaliação das empresas têm vindo a ser, como não poderia deixar de acontecer, actualizados ao longo das edições ACGE. Esta actualização tem sido realizada com base no pressuposto de que as empresas vão melhorando as suas práticas e que Índice, como agente definidor dessas “boas práticas”, terá necessariamente que acompanhar, dando passos proporcionais às empresas mas tentando ir sempre um pouco além daquilo que é o “estado a arte”. Neste contexto, a revisão dos critérios deverá apenas ser realizada quando se verifica que as empresas são já capazes de responder aos desafios subjacentes a cada critério. Só assim, os critérios podem ser assumido como um desafio, não se tornando irrealistas ou demasiado ambiciosos. Na revisão de critérios é também importante que as diferenças associadas às pontuações não sejam demasiado grandes, para que não corramos o risco de tornar inviável a comparação do desempenho das empresas nas diferentes edições.

Critério	Alteração
III.3 Qual tem sido o papel dos accionistas nesta questão? (Accionistas questionam o acompanhamento da questão pela empresa; Accionistas solicitam definição de estratégias; Accionistas solicitam pontos de situação; Accionistas solicitam mais informação sobre o tema)	Não era pontuado e passou a ser: Sim=1; Se Não=0
III.4 A empresa disponibiliza mecanismos que permitem a participação dos seus colaboradores nas questões relativas a alterações climáticas? Se sim, em que moldes é realizada esta participação? Quais são os resultados desta participação?	Não era pontuado e passou a ser: Sim=1; Se Não=0
VI.3 Metodologia utilizada para alcançar os objectivos ambientais da empresa.. Por compensação e incentivo.. Desempenho ambiental (quais os parâmetros de avaliação); Desempenho em eficiência energética; Desempenho em emissões de GEE.	Era pontuado: Sim=1; Se Não=0, e passou a ser: Sim=2; Se Não=0
. Certificação e Auditorias Ambientais (nome, periodicidade, entidade, etc).	Era pontuado: Sim=1; Se Não=0, e passou a ser: Sim=2; Se Não=0
VI.4 Verificar se existe uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos. Que critérios são esses?	Era pontuado: Sim=2; Se Não=0, e passou a ser: Sim (critérios)=2; demonstra preocupações s/critérios=1 Se Não=0
VII.5 A empresa internaliza o custo ou o risco para o seu negócio decorrente das alterações climáticas?	Não existia; não é pontuado
VIII.2 Verificar se a empresa inclui informação ambiental, relacionada com as AC, no seu Relatório e Contas.	Eliminada.
XI.1 Verificar a metodologia utilizada: . Metodologia descrita na Portaria N.º 121/2005; .Greenhouse Gas Protocol; . Metodologia sectorial;	Não era pontuado e passou a ser: Sim=1; Se Não=0
XIV.1a Encontrar os objectivos percentuais de redução de emissões na empresa por sector ou área de actividade.	Não era pontuado e passou a ser: Sim=1; Se Não=0
XIV.1b Verificar o período temporal de alcance dos objectivos. Máximo pontuável: 12 anos.	Não era pontuado e passou a ser: Sim=1; Se Não=0



10

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Os resultados globais denunciam que as empresas com historial de investimento nas AC, mantêm-se firmes na sua liderança do Índice. É visível também a evolução rápida de novas empresas que estão agora empenhadas em ser um referencial de boas práticas. No Top10 existe ambição e um empenho muito forte em tornar a empresa “climaticamente” responsável. Desde 2004, no grupo das empresas melhor classificadas, a consciência do problema e a transposição de boas práticas para o interior da empresa aumenta consistentemente de ano para ano.

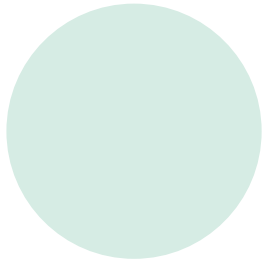
O Índice ACGE Sectorial 2009 faz um retrato de 3 sectores basilares da economia, e a principal conclusão é o aumento da sensibilidade no interior das empresas portuguesas para este tema. Esta sensibilidade, quando não é acompanhada dum actuação eficiente e com as melhores práticas, foi muitas vezes expressa através de planos de acção e projectos futuros. Quantitativamente, a média dos resultados do ranking global é similar à média de edições anteriores do Índice ACGE, no entanto tratando-se de uma edição sectorial as pontuações globais poderiam ser, tendencialmente, mais reduzidas. Um estudo alargado de sectores terá necessariamente que envolver empresas que só agora começam a despertar para as questões climáticas.

O sector energético é o único que apresenta zero empresas sem informação pública disponível, apesar da taxa de participação activa no Índice pelas empresas deste sector ser sensivelmente igual à do sector financeiro e de transportes. A assinalável quantidade de informação pública justifica-se com a circunstância do sector energético ter um quadro legislativo mais rigoroso em áreas que, inevitavelmente, se sobrepõem com as áreas de avaliação do Índice ACGE. Acresce a isto o facto do sector energético ser mais pressionado ao nível da opinião pública pela supervisão crítica da comunicação social e ONG's. Esta situação, no alinhamento dos riscos reputacionais assumidos entre muitas empresas deste sector,

catalisa o desenvolvimento de boas práticas. Estes e outros factores explicam o facto de surgirem 4 empresas do sector da energia entre o Top10 e a melhor média sectorial, com distinta vantagem. A obtenção de resultados globalmente positivos está também relacionada com o facto de, para este sector, se ter estudado um domínio mais alargado e que envolve Portugal e Espanha.

O sector dos transportes, embora com poucas empresas a evidenciar resultados elevados, mostrou ser aquele cuja performance tem evoluído mais. Agrupa um número elevado de empresas que ganharam sensibilidade ao tema das AC, e assim começaram a desenvolver aferições do estado da empresa e planos de acção para esta área. Como complemento, refira-se que existem agora mais empresas deste sector com estratégias e instrumentos de comunicação sofisticados. Trata-se também de um sector cuja dependência do poder político é assinalável, este facto, não atenuando a cota parte de responsabilidade das empresas, não permite que algumas obtenham melhores resultados.

O sector financeiro é aquele que apresenta a maior percentagem de empresas com resultados medíocres, existindo contudo dois casos de empresas com resultados elevados. Estes casos são demonstrativos de que a matriz de avaliação do Índice não aplica a este sector níveis de exigência irrealistas, e os fracos resultados provêm da desvalorização do tema das AC neste sector, em especial dentro do universo das seguradoras. Esta situação merece reflexão por se prever que seja este um dos sectores que mais directamente será afectado pelo aumento de fenómenos climáticos extremos. A grande discrepância de resultados no sector financeiro e o elevado rácio custo/ resultado poderá ser a “energia” que promoverá um “clima” de criação de políticas climáticas nas empresas menos bem classificadas do sector.



11 PRÓXIMOS PASSOS

ÍNDICE ACGE 2010 - ÍNDICE ACGE PME'S

Apesar da Euronatura continuar convicta de que o ACGE deve ser realizado de dois em dois anos, por considerar que as práticas avaliadas são complexas e como tal requererem tempo para que sejam visíveis num plano estratégico empresarial, não são raros os casos em que se verificam evoluções consideráveis em anos consecutivos. No entanto, iremos continuar a realizar o ACGE de dois em dois anos e nos anos intercalares, a Euronatura apresentará o Índice ACGE Sectorial. Assim a próxima edição do ACGE será multisectorial, voltando ao formato de avaliação e análise global, que é um dos principais objectivos do projecto. Constituído de forma sustentada o edifício que constitui o Índice ACGE, importa agora alargar o âmbito de análise. A experiência adquirida pela Euronatura evidencia a necessidade de criação de um Índice que avalie empresas de menor dimensão, neste contexto a Euronatura assume a sua intenção de desenvolver o ACGE PMEs.

Por outro lado verificamos que um número cada vez mais significativo de empresas tende a divulgar as suas práticas climáticas de forma espontânea, neste contexto o ACGE está tendencialmente a aproximar-se do formato de participação voluntária, já preconizado no ACGE para as empresas não seleccionadas pela Euronatura. Este formato vai também ao encontro do utilizado pelo *Carbon Disclosure Project*, no qual a Euronatura está directamente envolvida e cujo formato se enquadra no trabalho desenvolvido no âmbito do ACGE.

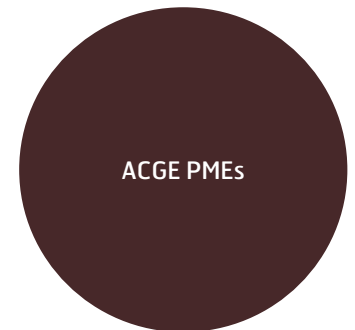
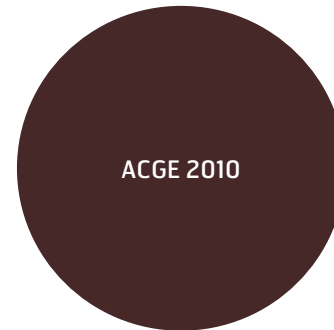
Todas as informações relacionadas com o Índice ACGE, e as suas respectivas edições poderão ser consultadas em:

www.responsabilidadeclimatica.org

Qualquer questão poderá ser colocada para os endereços:

hugo.costa@euronatura.pt

andre.baltazar@euronatura.pt





12

AS EMPRESAS E AS BOAS PRÁTICAS

Açoreana

A Açoreana é uma empresa de seguros de vida e não-vida, não cotada na Bolsa de Valores de Lisboa, cujo resultado líquido foi de 24,7 milhares de euros. A 31 de Dezembro de 2006 a empresa tinha cerca de 600 colaboradores.

in *Pré Relatório Açoreana*

CONTACTOS

Dr. Thiago Frazão

Allianz Portugal

A Allianz Portugal nasceu em 1999 da fusão da Portugal Previdente e da Sociedade Portuguesa de Seguros, no quadro de uma vasta reorganização do grupo Allianz em todo o Mundo, após a tomada de controle do grupo AGF.

in <http://institucional.allianz.pt>

CONTACTOS

Dra. Fernanda Palmeira

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

ANA

A ANA é uma empresa responsável pela gestão, exploração e desenvolvimento dos aeroportos de Lisboa, Francisco Sá-Carneiro, Faro, João Paulo II, Santa Maria, Horta e Flores.

in *Relatório de Sustentabilidade 2008*

CONTACTOS

Dra. Susana Brás Santos

BOAS PRÁTICAS

- . **Projecto EcoANA – Gestão Voluntária do Carbono;**
- . **Iniciação do planeamento para uma política de compras verde, partindo do Projecto “Green Procurement”.**

Ascendi

A Ascendi é uma empresa cuja actividade se baseia na concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada.

AXA Portugal

Do Grupo AXA em Portugal fazem parte a AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A., a AXA Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A., sociedades anónimas privadas do ramo segurador, a AXA Centro de Serviços a Clientes, ACE, um agrupamento complementar de empresas que presta serviços às duas sociedades anteriores, e a Fundação AXA Corações em Acção.

O negócio da AXA, a Protecção Financeira, consiste em acompanhar os Clientes – particulares e pequenas, médias ou grandes empresas – em matéria de seguros, previdência, poupança e transmissão de património, durante as diferentes etapas das suas vidas.

CONTACTOS

Dra. Luciana Silva

BOAS PRÁTICAS

- . **Programa de Gestão Ambiental AXA Verde;**
- . **Concretização de objectivos de redução de emissão de GEE para as deslocações.**

Banco BPI

O Grupo BPI - liderado pelo Banco BPI - é um grupo financeiro, multiespecializado, centrado na actividade bancária, dotado de uma oferta completa de serviços e produtos financeiros para os Clientes empresariais, institucionais e particulares.

in www.bancobpi.pt

CONTACTOS

Dra. Rute Ferreira Alves / Dr. Pedro Nunes Ferreira

NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE Sectorial 2009

Banco Espírito Santo

O Banco Espírito Santo ocupa uma posição de liderança em Portugal (Top 3), sustentada na rentabilidade e eficiência, com o objectivo de criação de valor e está presente em mais de 17 países de todos os continentes. Os seus objectivos estratégicos assentes numa estratégia de crescimento orgânico são: manter uma rentabilidade acima da média europeia, manter a Liderança (Top 3) em eficiência na Península Ibérica e alcançar uma quota de mercado média de 20%.

in www.bes.pt

CONTACTOS

Dra. Cláudia de Sousa

BOAS PRÁTICAS

- . **Mecanismo de certificação de fornecedores;**
- . **Participação em fundos de carbono.**

Banco Santander Totta

O Santander Totta foi criado em Dezembro de 2004 e resulta da reorganização societária de três Bancos Comerciais: o Banco Totta & Açores, o Crédito Predial Português e o Banco Santander Portugal. O Santander Totta com cerca de 1,8 milhões de clientes e 663 agências espalhados por todo o país, detém aproximadamente 11% de quota no sistema bancário português e é o terceiro banco privado em termos de activos e o segundo por resultados.

in <http://web.santandertotta.pt>

CONTACTOS

Dr. Rui Miguel Santos

BOAS PRÁTICAS

- . **Inventariação de emissões de GEE, incluindo fontes indirectas de emissões.**
- . **Auditorias ambientais a edifícios e balcões.**

Banif

O Banif - Grupo Financeiro, cuja origem se reporta ao ano de 1988, a partir da transformação da Caixa Económica do Funchal, é hoje um grupo financeiro de vocação universal, com uma rede de distribuição multi-canal e com uma operação Internacional em expansão, que pretende ser uma referência quanto à qualidade de serviço e excelência na gama de produtos e serviços disponibilizados.

in www.grupobanif.pt

CONTACTOS

Dra. Luciana Macedo

BOAS PRÁTICAS

- . **Participação no Luso Carbon Fund e New Energy Fund;**
- . **Investimento em eficiência energética.**

Barraqueiro Transportes

Do caldo de culturas das maiores e melhores empresas de transporte público em Portugal, nasceu a Empresa Barraqueiro Transportes, SA. Criada em 2001 é consequência da reorganização operada na região de Lisboa das empresas participadas pelo Grupo Barraqueiro.

in www.aeiou.pt/registos/b/Barraqueiro_Transportes.html

CONTACTOS

Eng.º Pedro Freire de Andrade

Brisa

A Brisa Auto-estradas de Portugal foi fundada em 1972. Em 36 anos transformou-se numa das maiores operadoras de auto-estradas com portagens no mundo e a maior empresa de infra-estruturas de transporte em Portugal.

in www.brisa.pt

Contacto

Dr. Franco Caruso

BOAS PRÁTICAS

- . **O Projecto Sol visa tornar autónomas, do ponto de vista energético, as portagens da rede Brisa;**
- . **Projecto VV CO2 que irá permitir o surgimento do conceito Via Verde, como uma alternativa às portagens tradicionais, constituindo um elemento dinamizador da fluidez automóvel.**

Caixa Geral de Depósitos

Em 1876 constituiu-se a Caixa Geral de Depósitos, e em 1988 o Grupo CGD. Este Grupo mantém uma posição de liderança do sistema bancário, expressa nas diversas quotas de mercado das principais componentes da actividade. As notações de rating da CGD são apoiadas no facto de o banco ser totalmente detido pelo Estado Português, o que o torna um poderoso interveniente na banca de retalho no mercado nacional.

In www.cgd.pt

CONTACTOS

Dra. Isabel Barbosa / Dra. Isabel Gomes

BOAS PRÁTICAS

- . **Investimento na formação a colaboradores sobre o tópico das AC;**
- . **Definição de critérios climáticos na política de compras.**

CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa

Empresa de transporte público de passageiros centenária - fundada em 1872. Engloba eléctricos, autocarros, ascensores e elevador de Lisboa, assim como outros serviços.

A Carris tem procurado ao longo dos últimos anos ajustar o seu funcionamento às necessidades do mercado, aumentando a sua eficácia e promovendo a melhoria de qualidade da sua oferta com a aposta estratégica no controlo da qualidade ambiental.

in www.carris.pt

CONTACTOS

Eng.º Jorge Nabais / Dra. Maria Isabel Dias

BOAS PRÁTICAS

- . **Considerações ambientais no clausulado dos Cadernos de Encargos, tendo a empresa sido premiada por Boas Práticas em Compras Ambientalmente Orientadas;**
- . **Concretização de objectivos de redução de GEE.**

Cepsa

A Compañía Española de Petróleos, S.A. (CEPSA) é líder no desenvolvimento de actividades integradas e relacionadas com o petróleo e com a petroquímica.

in www.cepsa.com

Actualmente, a CEPSA comercializa em Portugal combustíveis, carburantes, lubrificantes, gás de petróleo liquefeito (butano e propano), betumes e, mais recentemente, deu início à distribuição de combustíveis para marinha e aviação.

in *Comunicado de Imprensa CEPSA e AMI unidas pelo Ambiente*

CONTACTOS

Eng.ª Marisa Silva

BOAS PRÁTICAS

- . **Definição e divulgação de objectivos ambientais quantificados;**
- . **Participação em Projectos de Desenvolvimento Limpo.**

CP – Comboios de Portugal

A CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. foi criada em 1975 como empresa pública responsável pela gestão do caminho-de-ferro em Portugal. Opera-se em 1997 a separação entre a exploração de serviços de transporte, que se mantém concessionada à CP, agora Comboios de Portugal.

in www.cp.pt

CONTACTOS

Dra. Cristina Dias

BOAS PRÁTICAS

- . **Publicação do 1.º Relatório de Sustentabilidade;**
- . **Processo de Certificação ISO 14001 em toda a empresa.**

Crédito Agrícola

A actividade do Grupo Crédito Agrícola tem como base de sustentação as Caixas Agrícolas – verdadeiras entidades dinamizadoras das economias locais – que com a sua autonomia e integração nas respectivas regiões, conhecem em profundidade as realidades do respectivo tecido empresarial e económico e os desafios que se colocam para o progresso económico-social a nível local.

in www.credito-agricola.pt

CONTACTOS

Dra. Isabel Matos

BOAS PRÁTICAS

- . **Disponibilização de produtos/serviços financeiros que internalizam a questão das AC.**

CTT

Os CTT - Correios de Portugal são uma poderosa plataforma multiserviços, visando a satisfação das necessidades dos cidadãos e dos agentes económicos, através de uma rede comercial e logística de elevada qualidade, eficiência e proximidade do Cliente.

in www.ctt.pt

CONTACTOS

Dr. Luís Filipe Paulo

BOAS PRÁTICAS

- . **Objectivos quantificados de redução de emissões de GEE;**
- . **Compensação/incentivo a colaboradores pelo seu desempenho em factores climáticos.**

EDA – Electricidade dos Açores

Estamos na electricidade com eficácia e qualidade para servir os nossos clientes.

Assumimos papel fundamental no processo de desenvolvimento dos Açores, com salvaguarda do património ambiental e cultural. A EDA elegeu, como áreas estratégicas, as telecomunicações, os sistemas de informação e a manutenção eléctrica e mecânica. No sector eléctrico, a crescente aposta nas energias renováveis.

in www.eda.pt

CONTACTOS

Dr. José Marques

BOAS PRÁTICAS

- . **Debate das AC ao nível do Conselho de Administração;**
- . **Objectivo quantificado para a componente de renováveis no mix energético.**

EDP

A EDP é o maior produtor, distribuidor e comercializador de electricidade em Portugal. Tem também negócios significativos em Espanha (produção e distribuição de electricidade), no Brasil (produção, distribuição e comercialização de electricidade) e nos EUA (produção de electricidade) e desenvolve negócios na actividade de distribuição e comercialização de gás na Península Ibérica.

CONTACTOS

Eng.º Neves de Carvalho

BOAS PRÁTICAS

. O Programa Econnosco é uma campanha que agrupa um conjunto de medidas que dependem do desempenho individual dos colaboradores ao nível de boas práticas ambientais;

. Está delineado, para o período 2009-2010, proceder à avaliação do Risco Climático para o Grupo EDP.

EEM – Empresa de Electricidade de Madeira

A Empresa de Electricidade da Madeira (EEM) tem como missão fundamental a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia na Região Autónoma da Madeira.

in www.eem.pt

CONTACTOS

Dr. Rui Rebelo

BOAS PRÁTICAS

. Promoção da eficiência energética junto dos consumidores;

. Plano de Promoção do Desempenho Ambiental.

Endesa

ENDESA é a maior empresa eléctrica de Espanha e a primeira companhia eléctrica privada da Iberoamérica. Trata-se de um operador eléctrico relevante no contexto do arco europeu mediterrânico.

in www.endesa.es

CONTACTOS

Dra. Carla Martins

BOAS PRÁTICAS

. Investimento em eficiência energética;

. Participação em fundos de carbono.

Fertagus

A FERTAGUS, empresa do Grupo Barraqueiro obteve a concessão para o transporte suburbano de passageiros do Eixo Ferroviário Norte/Sul. Ao todo, servem actualmente 14 estações numa extensão de linha com cerca de 54 km. A FERTAGUS é o primeiro operador privado a assegurar a gestão e exploração comercial de uma linha ferroviária em Portugal. in www.fertagus.pt

CONTACTOS

Dr. Nuno Soares Lopes

BOAS PRÁTICAS

. Publicação do 1.º Relatório de Sustentabilidade;

. Inventariação de GEE.

Fidelidade Mundial

A 18 de Outubro de 2004 a Fidelidade e a Mundial Confiança fundem-se numa marca única e apresentam a nova marca Fidelidade Mundial. Assim, reinicia-se a história de um passado de sucesso rumo a um futuro em grande companhia.

in www.fidelidademundial.pt

CONTACTOS

Dra. M.ª Ana Fontoura

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

Galp Energia

Nascida em 2000, a Galp Energia é o grupo responsável pela remodelação do sector energético português, relativamente ao petróleo e ao gás natural.

in www.galpenergia.com

CONTACTOS

Dra. Sofia Sequeira

BOAS PRÁTICAS

. Formalização das AC como um Risco Operacional;

. Colaboração em grupos de trabalho com congéneres europeias com temas como IPPC Special Task Force, Climate Change, Benchmarking CO₂, Air emission factors e Biofuels.

Generg

A Generg é uma empresa que tem como missão a construção e exploração de aproveitamentos de produção de electricidade a partir de fontes renováveis, com uma potência máxima instalada de 436,5 MW.

in Relatório de Sustentabilidade 2008

CONTACTOS

Dr. João Bernardo

BOAS PRÁTICAS

- . **Certificação ISO 14001 do Sistema de Gestão Ambiental;**
- . **Discussão das AC ao nível do Conselho de Administração.**

Global

A GLOBAL SEGUROS de que fazem parte a Global S.A. e a Global Vida S.A., foi impulsionada em 1988 por importantes Empresas Portuguesas, sendo na actualidade maioritariamente detida pela maior seguradora francesa de Seguros de Pessoas, a CNP ASSURANCES.

in www.global-seguros.pt

CONTACTOS

Dr. Silvino Cordeiro

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

Iberdrola

A actividade da Iberdrola no sector energético português gira em torno da distribuição de electricidade, possuindo também licença para importar, exportar e comercializar gás natural no mercado grossista e de retalho.

CONTACTOS

Dra. Cândida Bernardo

BOAS PRÁTICAS

- . **A Iberdrola é membro da Action Network against Climate Change e da iniciativa Caring for Climate;**
- . **Implementação, em Espanha, do Loss Reduction Project para diminuir as perdas na rede de distribuição.**

Império Bonança

Em 2000 é constituída a Império Bonança, Companhia de Seguros S.A., dando-se início a um processo de convergência: Uma Seguradora, Duas Marcas, Duas Redes, Uma Oferta parcialmente alinhada para Uma Marca, Uma Rede, Uma Oferta. A nova marca incorpora a cultura e implantação de ambas as marcas e projecta uma imagem de solidez e dinamismo que traduz o forte empenho em posicionar a Império Bonança como uma companhia de seguros moderna e capaz de servir ainda melhor os seus mais de 1,5 milhões de clientes.

in www.imperiobonanca.pt

CONTACTOS

Dra. Maria Ana Fontoura

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

Jerónimo Martins – Pingo Doce

A actividade do Grupo Jerónimo Martins na área da distribuição alimentar em Portugal iniciou-se entre o final da década de 70 e o início da de 80. Envolvendo operações nos formatos de retalho e grosso, Jerónimo Martins é líder na distribuição alimentar, com as marcas Pingo Doce (líder em supermercados), Feira Nova (terceiro operador de hipermercados) e Recheio (líder em cash & carry).

in www.jeronimomartins.pt

CONTACTOS

Eng.º Vítor Martins / Eng.º Fernando Ventura

BOAS PRÁTICAS

- . **Divulgação de um Manual de Boas Práticas Ambientais e de um Manual de Bolso de Racionalização do Consumo Energético;**
- . **Elaboração de Inventário de GEE.**

Liberty Seguros

O Liberty Mutual Group é um Grupo Segurador Multinacional com sede em Boston e fundado em 1912. O Grupo conta hoje com mais de 35 mil Colaboradores em mais de 800 escritórios espalhados por todo o mundo. Os seus activos consolidados cifram-se em cerca de \$50 biliões de dólares e o seu resultado consolidado é superior a \$13 biliões de dólares.

in www.libertyseguros.pt

CONTACTOS

Dra. Cristina Saraiva

BOAS PRÁTICAS

- . **Iniciativa “Zero CO₂” e existência de produtos que internalizam a questão das AC;**
- . **Preparação de um estudo para apreciação do consumo e eficiência energética.**

LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto

LIPOR existe desde 1982, e tem por objecto a reciclagem, valorização, tratamento e aproveitamento final dos resíduos sólidos entregues pelos Municípios do Grande Porto associados, e por outras entidades que a Associação de Municípios venha a admitir, bem como a gestão, manutenção e desenvolvimento das infra-estruturas necessárias para o efeito.

in www.lipor.pt

CONTACTOS

Dra. Rita Rebelo / Dr. Nuno Barros

BOAS PRÁTICAS

- . Existência de um Grupo de Trabalho Técnico e Interdisciplinar
- Grupo Carbono Zero;
- . Participação activa na esfera pública sobre o tema das AC.

Lusitânia

Seguradora portuguesa integrada no grupo Montepio com vista à prossecução dos seus fins, que visa alcançar níveis superiores de rentabilidade e solvabilidade, alicerçada em valores humanistas, parcerias sólidas e uma organização flexível, motivada, de elevada eficiência e qualidade.

in *Lusitânia Companhia de Seguros - Relatório & Contas 2006*

CONTACTOS

Dr. Carlos Araújo

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

Lusoponte

A Lusoponte é uma empresa que possui a concessão da Ponte 25 de Abril e Ponte Vasco da Gama.

CONTACTOS

Dra. Teresa Oliveira

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

Metropolitano de Lisboa

O Metropolitano de Lisboa tem a seu cargo a exploração de uma rede, predominantemente subterrânea, de transportes colectivos na cidade de Lisboa e zonas limítrofes, de natureza ferroviária em situ próprio, bem como todas as acções ligadas à sua modernização e expansão na lógica da vocação específica do seu meio de transporte, não só no contexto da cidade como no sistema multimodal de transportes de que é componente.

in www.metrolisboa.pt

CONTACTOS

Dra. Sara Plácido / Eng.º Alexandre Tavares

BOAS PRÁTICAS

- . Submissão do relatório de sustentabilidade a verificação externa;
- . Elaboração de inventário de emissões de GEE, incluindo emissões indirectas.

Metro do Porto

O Metro do Porto é uma empresa, fundada em 1994, a quem o Estado Português concessionou a concepção, a construção e a exploração do Sistema de Metropolitano Ligeiro da Área Metropolitana do Porto.

in www.metroporto.pt

CONTACTOS

Dra. Cristiane Reis

BOAS PRÁTICAS

- . Elaboração Livro Branco “Avaliação do Impacte Global da 1ª fase do Projecto do Metro do Porto”;
- . Existência de um Sistema de Gestão Ambiental.

Millennium BCP

O Millennium BCP é o maior grupo financeiro privado português, com representação nos continentes europeu, americano, asiático e africano. Com mais 3,5 milhões de clientes e uma quota de mercado de cerca de 25%, o Millennium BCP tem cerca de 1020 sucursais espalhadas pelo país, a maior Rede Bancária em Portugal. O parque de máquinas do Banco representa 25% do mercado nacional.

in www.millenniumbcp.pt

CONTACTOS

Dra. Teresa Alves

BOAS PRÁTICAS

- . Projecto Redução da Pegada Ecológica do Millenium BCP;
- . Realização de inventário de emissões de GEE, incluindo emissões indirectas.

Montepio Geral

Desde 1840 que o Montepio tem cumprido uma função económica e social fundamental para os seus Associados e Clientes.

A prática do Mutualismo desde a fundação é a principal diferença face às restantes instituições presentes no mercado. Único no panorama bancário português e ligado à economia social, representa, na sua actividade, valores como o associativismo, a solidariedade e o humanismo.

in www.montepio.pt

CONTACTOS

Dra. Paula Guimarães

BOAS PRÁTICAS

- . **Investimento em eficiência energética;**
- . **Parceria com ANEFA.**

Ocidental

Ao partir de uma base de Clientes de grande dimensão e com uma oferta de protecção e segurança completa, a Ocidental Seguros provocou profundas transformações no mercado de seguros nacional.

in www.millenniumbcpfortis.pt

CONTACTOS

Dra. M.ª Amaral Almeida

Patinter

PATINTER, S.A., empresa fundada em 1967, com a finalidade de dar apoio à linha de montagem de automóveis localizada em Mangualde, possui instalações físicas em Portugal, Espanha e França, e realiza transportes rodoviários nacionais e internacionais.

in www.patinter.net

CONTACTOS

Dra. Patrícia Pereira

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

Portline

Constituída em Outubro de 1984, a PORTLINE é uma sociedade anónima com a sua actividade centrada no transporte marítimo nacional e internacional.

in www.portline.pt

CONTACTOS

Eng.º Manuel Pinto Magalhães

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

Portugal Telecom

A Portugal Telecom é uma operadora global de telecomunicações líder a nível nacional em todos os sectores em que actua. A actividade da empresa abarca todos os segmentos do sector das telecomunicações: negócio fixo, móvel, multimédia, dados e soluções empresariais.

in www.telecom.pt

CONTACTOS

Dra. Isabel Maria Martinho

BOAS PRÁTICAS

- . **Definição de objectivos climáticos a longo prazo declinados para os seus planos anuais;**
- . **Participação activa no debate público sobre AC.**

REFER

A REFER é uma empresa que tem como missão assegurar a gestão da rede ferroviária nacional.

CONTACTOS

Eng.º João Morais Sarmento

NOTA: Empresa recusou participar no Índice ACGE Sectorial 2009

REN

A REN actua em duas áreas de negócio principais: (i) o transporte de electricidade em muito alta tensão e a gestão técnica global do Sistema Eléctrico Nacional e (ii) o transporte de gás natural em alta pressão e a gestão técnica global do Sistema Nacional de Gás Natural.

in www.ren.pt

CONTACTOS

Dr. Leonel Neves

BOAS PRÁTICAS

- . **Plano interventivo de combate às emissões de SF6;**
- . **Participação no debate público sobre AC.**

Repsol

A Repsol é uma empresa multinacional com actividade no sector dos hidrocarbonetos e consolidou-se como uma das primeiras petrolíferas privadas do mundo.

in www.repsol.com

CONTACTOS

Eng.º Martins Victor

BOAS PRÁTICAS

- . **Existência da Unidad de Cambio Climatico; Plano de Carbono da Repsol.**

SATA INTERNACIONAL

Subsidiária da SATA Air Açores e licenciada para operar voos no exterior dos Açores, a SATA Internacional resultou da transformação da Oceanair – uma companhia aérea adquirida pela SATA Air Açores em 1994.

in www.sata.pt

CONTACTOS

Eng.º Nuno Rodrigues

BOAS PRÁTICAS

- . **Participação activa no debate público sobre alterações climáticas;**
- . **Projecto Fuel Efficiency Gap Analysis.**

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA é uma empresa detida pelo Estado Português. Como uma das principais empresas de transporte público de passageiros do país, a STCP está empenhada em desenvolver a sua actividade de prestador de serviço público dentro da Área Metropolitana do Porto (AMP) de uma forma socialmente responsável, pretendendo colaborar activamente para o seu desenvolvimento sustentável.

in *Relatório & Contas – STCP*

CONTACTOS

BOAS PRÁTICAS

NOTA: A empresa recusou participar no Índice ACGE Sectorial 2009.

Sonae Sierra

A Sonae Sierra é a especialista internacional em centros comerciais. Fundada em Portugal no ano de 1989, é actualmente detida pela SONAE, SGPS (Portugal), com 67.04%, e pela GROSVENOR (Reino Unido) com 32.96%. O modelo de negócio assenta numa estrutura integrada que reflecte as actividades de investimento, promoção e gestão de centros comerciais e de lazer.

in www.sonaesierra.pt

CONTACTOS

Dra. Susana de Almeida Lourenço / Eng.ª Sandra Maria Dias

BOAS PRÁTICAS

- . **Inventariação detalhada das emissões de GEE;**
- . **Formulação de objectivos de redução de emissões de GEE.**

TAP

A TAP iniciou a sua actividade em Março de 1945. Em Junho de 2003 a holding TAP – Transportes Aéreos Portugueses foi constituída. Neste grupo empresarial inserem-se os negócios estratégicos de transporte aéreo de passageiros e carga, manutenção e engenharia de aeronaves, serviço de assistência em terra e outros negócios acessórios.

in www.tap.pt

CONTACTOS

Eng.ª Maria João Calha

BOAS PRÁTICAS

- . **Projecto Fuel Conservation and Emission Reduction;**
- . **Objectivos quantificados de redução de emissões GEE.**

Tejo Energia

A Tejo Energia S.A. existe desde 1993 e tem por objectivos deter, explorar e manter a Central Termoeléctrica do Pego. Para além disso, a Tejo Energia é uma das maiores companhias privadas em Portugal em termos de Activos.

in www.tejoenergia.com

CONTACTOS

Eng.º António Lopes da Silva

BOAS PRÁTICAS

- . **Realização de auditorias e processos de certificação ambiental;**
- . **Investimentos significativos no tratamento dos efluentes gasosos.**

Tranquilidade

A Companhia de Seguros Tranquilidade, fundada em 1871, desde há muito que ocupa um lugar de relevo na economia portuguesa, com uma forte implantação no mercado e uma grande solidez financeira.

in www.tranquilidade.pt

CONTACTOS

Dra. M.ª Assunção Carvalhosa

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

Transinsular

A TRANSINSULAR é uma empresa de estrutura flexível constituída em 18 de Outubro de 1984, tendo iniciado a sua actividade comercial em Marco de 1985, centrando a sua missão no transporte marítimo com as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.
in www.ete.pt/grupo/Empresas/Transinsular_Phtm

CONTACTOS

Dr. Paulo Jorge Veloso / M.ª José Carmo

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação

Transportes Luís Simões

A Transportes Luís Simões (TLS) é a base da construção de todo o Grupo Luís Simões, tendo verificado desde a sua fundação um crescimento permanente, sustentado por uma visão estratégica do negócio, clara e inovadora, que levou a empresa à posição de líder destacado no sector dos transportes rodoviários de mercadorias em Portugal e que permite fundar as bases do posicionamento do Grupo Luís Simões como o mais importante Operador Logístico e de Transportes em toda a Península Ibérica.

in www.luis-simoes.pt

CONTACTOS

Dra. Maria Antónia do Rosário

BOAS PRÁTICAS

. **Publicação do 1.º Relatório de Sustentabilidade;**

. **Objectivos quantificados de redução do consumo de combustível.**

Transtejo

A Transtejo e a Soflusa prestam um serviço público de transporte fluvial integrado no sistema global da Área Metropolitana de Lisboa, sendo elemento fundamental na travessia do Tejo, subordinado a padrões de elevada qualidade e segurança.

in www.transtejo.pt

CONTACTOS

Eng.ª Mariana Páscoa

BOAS PRÁTICAS

. **Publicação do 1.º Relatório de Sustentabilidade;**

. **Desenvolvimento de sistema de monitorização da eficiência energética da frota.**

TST

A Transportes Sul do Tejo é uma empresa que tem como missão a prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros na Península de Setúbal, assegurando o adequado nível de mobilidade aos agentes económicos da região, quer sejam empresas, instituições ou indivíduos.

in www.tsuldotejo.pt

CONTACTOS

Dra. Graça Calapez / Dr. José Perleques

BOAS PRÁTICAS

. **Projecto Gisfrot;**

. **Formação em condução económica e defensiva aos condutores.**

Turbogás

A Turbogás é um consórcio privado que detém e gere a Central de Ciclo Combinado da Tapada do Outeiro.

in *Relatório de Contas 2008*

CONTACTOS

Dr. Abel Almeida

BOAS PRÁTICAS

. **Discussão do tema das AC ao nível do Conselho de Administração;**

Union Fenosa

A Union Fenosa é uma empresa energética integrada de âmbito internacional, está presente em quatro continentes com actividades de geração, distribuição e comercialização de electricidade, e presente em toda a cadeia do negócio do gás.

in *Relatório de Contas 2008*

CONTACTOS

Dra. Patrícia Fontes

BOAS PRÁTICAS

. **Disponibilização no sítio www.uniaofenosa.com.pt, de um “Guia de eficiência energética” para clientes residenciais;**

. **Participação em fundos de carbono.**

Valorsul

A Valorsul, S.A. é a empresa responsável pelo tratamento e valorização das cerca de 750 mil toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos produzidas, por ano, nos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e V. F. de Xira.

in www.valorsul.pt

CONTACTOS

Eng.ª Filipa Vaz / Dra. Vera Correia

BOAS PRÁTICAS

- . **Formulação de objectivos quantificados de redução de consumos energéticos;**
- . **Realização de auditorias de Ambiente segundo a norma NP EN ISO 14001.**

Zurich

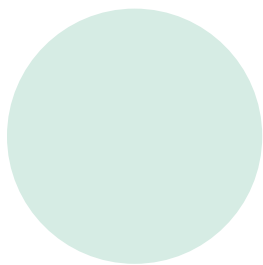
O Grupo Zurich aspira a tornar-se o líder nos mercados vida e não vida em que operamos, através da constante oferta de produtos e soluções de elevado valor aos nossos clientes. Fundado em 1872, o Grupo está presente em mais de 150 países e conta com cerca de 55.000 colaboradores.

in www.zurich.com

CONTACTOS

Dra. Rita Almeida

NOTA: Empresa não colaborou & Não existe informação



13

NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS

NOTAS FINAIS

A Euronatura, como ONG, assume o seu papel de representante da sociedade civil. Neste contexto, assume também objectivos ambiciosos para si e para as empresas com quem tem vindo a trabalhar. O índice ACGE existe para as empresas e para quem as observa. A criação de um índice é realizada com base em pressupostos claros, que são reflexo do trabalho da Euronatura e das contribuições constantes das empresas.

O comportamento das empresas que o ACGE pretende retratar, não pode ser afastado do contexto do país e da comunidade onde estas estão inseridas. Os limites de acção, geográficos e legislativos das empresas não são de definição fácil. O ACGE, tal como as empresas, não valoriza em demasia a necessidade de definição deste tipo de limites. No entanto, existe a necessidade de que o objecto de estudo seja referenciado e justificado numa lógica associada à escala de trabalho. Segundo a Euronatura, as empresas que desejam intervir assertivamente nas questões relacionadas com alterações climáticas, deverão fazê-lo localmente.

As organizações avaliadas no ACGE têm diferentes níveis de maturidade relativamente ao assunto “alterações climáticas”. A Euronatura considera, como não poderia deixar de ser, crucial o envolvimento de todas as empresas nas questões relacionadas com alterações climáticas. Neste contexto, a Euronatura não deixará de avaliar empresas que relevam ou adiam a internalização do tema.

AGRADECIMENTOS

A realização do Projecto “Responsabilidade Climática em Portugal: Índice ACGE Sectorial 2009” só foi possível com a dedicação e esforço de todas as partes envolvidas.

O nosso agradecimento ao Conselho Consultivo e aos nossos Parceiros – a equipa da PricewaterhouseCoopers, na pessoa da Eng.^a Cláudia Coelho, ao BCSD Portugal, na pessoa do Eng.^o Luís Rochartre, e à Norma Design – pela disponibilidade e pelo apoio prestado na construção de mais uma edição do Índice.

Às empresas cabe-nos agradecer a sua participação e contributo no fornecimento dos dados de análise essenciais para a construção do Ranking.

A toda a equipa da Euronatura que ajudou o Índice ACGE tornar-se uma realidade.

APOIOS PLATINA

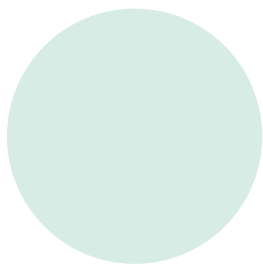


PARCEIROS



UM PROJECTO





14

LISTA DE CRITÉRIOS ACGE SECTORIAL 2009

Itens de Avaliação	Fórmula de pontuação aprovada em C.C.	
A. A Estrutura Administrativa da Empresa e Sua Supervisão das Questões Ambientais	Pontuação máxima	6
I. Caracterização da estrutura administrativa . Organograma da empresa. . Composição do CA. Número de administradores não-executivos. . Auditorias dos R&C e da sua periodicidade. . A composição accionista da empresa . Cotação na Euronext Lisboa		- INF INF INF INF INF INF
II. Modelo de governação da empresa para as questões ambientais e concretamente para as questões relativas às alterações climáticas		-
II.1 Qual o número de funcionários da empresa?		INF
II.2 1 Existe um departamento/comité específico para tratar das questões relacionadas com as alterações climáticas/eficiência energética? Se sim, qual o seu nome e data de criação? Qual é o grau de formalização deste departamento?	1	Se Sim=1; Se Não=0
II.2a O departamento/comité anterior trata de outras questões? Se sim, quais?		INF
II.3 Verificar o distanciamento hierárquico do responsável pelo departamento/comité anterior ao CA.		INF

<p>II.4</p> <p>Verificar se a empresa recorre ao outsourcing nas seguintes áreas em particular: Elaboração de Inventários de Emissões de GEE; Estudos de medidas de implementação para o aumento de eficiência energética; Definição de estratégias (investimento em Energias renováveis, redução de GEE e gestão de carbono).</p>		INF
<p>III.</p> <p>A abordagem da empresa ao desafio das alterações climáticas</p>		-
<p>III.1</p> <p>Verificar se as alterações climáticas foram concretamente debatidas ao nível do Conselho de Administração, tendo daí resultado tomadas de posições oficiais, se se verificou a inclusão ou não da empresa em determinado grupo de trabalho voluntário, etc.</p>	2	Se Sim=2; Se Não=0
<p>III.2</p> <p>Verificar se existem membros da administração a participar activamente no debate público sobre alterações climáticas na qualidade de representante mesma empresa, obtendo o nome do orador ou redactor (para o caso de publicações e artigos em jornais, revistas, etc.), data do acontecimento e objecto apresentado ou escrito.</p>	1	Se Sim=1; Se Não=0
<p>III.3</p> <p>Qual tem sido o papel dos accionistas nesta questão? Accionistas questionam o acompanhamento da questão pela empresa; Accionistas solicitam definição de estratégias; Accionistas solicitam pontos de situação; Accionistas solicitam mais informação sobre o tema.</p>	1	Se Sim=1; Se Não=0
<p>III.4</p> <p>A empresa disponibiliza mecanismos que permitem a participação dos seus colaboradores nas questões relativas a alterações climáticas? Se sim, em que moldes é realizada esta participação? Quais são os resultados desta participação?</p>	1	Se Sim=1; Se Não=0

Itens de Avaliação	Fórmula de pontuação aprovada em C.C.	
B. Gestão de Empresas e Preocupações Ambientais	Pontuação máxima	12
IV. Caracterizar as obrigações legais da empresa no que respeita às alterações climáticas		-
IV.1 Analisar vínculos legais da empresa para tomar iniciativas face às alterações climáticas (nome e âmbito)		INF
V. A abordagem da empresa às Energias Renováveis e à Eficiência Energética		-
V.1 Analisar os investimentos da empresa em Energias Renováveis. Qual a metodologia adoptada para avaliar o potencial aumento ou redução de emissões associados a investimentos em energias renováveis: Greenhouse Gas Protocol for Project Accounting, Própria; Outras. Quais?		INF
V.2 Analisar os investimentos da empresa em medidas de Eficiência Energética. Qual a metodologia adoptada para avaliar o potencial aumento ou redução de emissões associados a estes: Greenhouse Gas Protocol for Project Accounting; Metodologia descrita na Proposta de Directiva 2003/0300 COD; Outras? Quais?	2	Se Sim=2; Se Não=0
VI. Caracterizar a estrutura de objectivos ambientais na empresa		-
VI.1 Verificar a existência de objectivos ambientais quantificados e directamente relacionados com as alterações climáticas (emissões de GEE e eficiência energética).	1	Se Sim=1; Se Não=0
VI.2 Verificar se os objectivos ambientais da empresa são de acesso público (planos de negócios, Relatório Contas, relatório de sustentabilidade, etc.).	2	Se Sim=2; Se Não=0
VI.3 Metodologia utilizada para alcançar os objectivos ambientais da empresa. Por compensação e incentivo de colaboradores/administradores. (Ex: Desempenho em eficiência energética; Desempenho em emissões de GEE)	2	Se Sim=2; Se Não=0

Certificação e Auditorias Ambientais (nome, periodicidade, entidade, etc).	2	Se Sim=2; Se Não=0
Outras. Quais?	1	Se Sim=1; Se Não=0
VI.4 Verificar se existe uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos. Que critérios são esses?	2	Se Sim (critérios)=2; demonstra preocupações s/critérios=1; Se Não=0
VI.5 A empresa internaliza o custo ou o risco para o seu negócio decorrente das alterações climáticas?		INF
C. Divulgação da preocupação das empresas perante as Alterações Climáticas	Pontuação máxima	10
VII. A posição da empresa face às evidências actuais sobre Alterações Climáticas		-
VII.1a Verificar a existência de Iniciativas tomadas pela empresa que incluem a questão das Alterações Climáticas. Participação em Programas Voluntários, Outras. Quais?	1	Se Sim=1; Se Não=0
VII.1b A empresa é parceira/sócia de alguma organização ou associação com preocupações ambientais, nomeadamente no que diz respeito às questões das alterações climáticas, eficiência energética ou sustentabilidade (Ex.: BCSD, RSE, etc.)?		INF
VII.2 Qual é a posição da empresa relativamente às alterações climáticas?		INF
VIII. Relatórios da empresa sobre alterações climáticas		-
VIII.1 Quais as formas de informação da problemática das alterações climáticas na empresa: Relatórios, Documentos, Comunicados (internos/de imprensa), Newsletters, Outros (analisando a sua periodicidade, os destinatários e a metodologia de divulgação)?	3	Se Sim=3; Se Não=0 Caso exista pelo menos uma publicação de abordagem profunda e cuja qualidade de comunicação justifique a sua diferenciação das restantes=1; Caso não exista=0

IX.		
Características dos relatórios de sustentabilidade		-
IX.1		
A empresa elabora/ publica Relatórios de Sustentabilidade (RS)?	1	Se elaborar RS=1; Se Não=0
IX.1a		
Utiliza os “indicadores adicionais” do GRI? Se sim, quais? (G3 Guidelines: Energia: EN5/ EN6/EN7; Emissões Efluentes e Resíduos: EN18; Transportes: EN29).	3	Se usar 1 EN = 1; Se usar 2 EN's = 2; Se usar 3 ou + EN's = 3
IX.1b		
Verificar se o Relatório de Sustentabilidade é submetido a verificação externa.	2	Se Sim=2; Se Não=0
D. Inventários de Gases com Efeitos de Estufa		Pontuação máxima
		9
X		
Elaboração de inventários de emissões de GEE		
X.1		
Verificar se a empresa elabora um Inventário das Emissões de GEE. Analisar os níveis de divulgação dos resultados do inventário:		
. Relatório próprio de emissões de GEE.	2	Se elabora inventários de GEE=2
. Informação do inventário incluída no Relatório de Sustentabilidade		
. Informação incluída noutros documentos.		
XI.		
Características da elaboração dos inventários		
XI.1		
Verificar a metodologia utilizada:		
. Metodologia descrita na Portaria N.º 121/2005;	1	Se Sim=1; Se Não=0
. Greenhouse Gas Protocol;		
. Metodologia sectorial;		
. Metodologia própria.		
XII.		
Características técnicas dos inventários		
XII.1		
Quais são os gases inventariados pela empresa?		INF

<p>XII.2 Analisar fontes indirectas de GEE consideradas, como: . Electricidade ou gás natural comprado a terceiros. . Emissões associadas aos transportes (como transporte dos funcionários nos trajectos casa-empresa, transporte de material para a empresa, etc.). . Outras.</p>		<p>Se contabilizar electricidade ou gás natural mais emissões associadas aos transportes = 1.</p> <p>. Emissões de ÂMBITO 3 (como transporte dos funcionários nos trajectos casa-empresa, transporte de material para a empresa, etc.).</p>
<p>XIII. Definição de um ano de referência sobre o qual contabilizar as emissões</p>		<p>-</p>
<p>XIII.1 Qual a data que empresa considera para referenciar as suas emissões.</p>		<p>INF</p>
<p>XIV. Projeções de emissões de GEE</p>		<p>-</p>
<p>XIV.1 Está definido um objectivo global de emissões de GEE a atingir?</p>	<p>2</p>	<p>Se Sim=2; Se Não=0</p>
<p>XIV.1a Encontrar os objectivos percentuais de redução de emissões na empresa por sector ou área de actividade.</p>	<p>1</p>	<p>Se Sim=1; Se Não=0</p>
<p>XIV.1b Verificar o período temporal de alcance dos objectivos. Máximo pontuável: 12 anos.</p>	<p>1</p>	<p>Se Sim=1; Se Não=0</p>
<p>XIV.1c Verificar se a empresa já conseguiu alguma redução nas suas emissões, se tem atingido os objectivos propostos, e através de que principais medidas. Caso não o esteja a conseguir, analisar as razões.</p>	<p>1</p>	<p>Se Sim=1; Se Não=0</p>
<p>XIV.2 Existe acesso público às projeções de emissões de GEE? Em qualquer dos casos analisar os motivos.</p>		<p>INF</p>

Itens de Avaliação	Fórmula de pontuação aprovada em C.C.	
E. Questões Específicas do Sector (Financeiro)	Pontuação máxima	3
XV. Sector Financeiro		-
XV.1 A empresa promove auditorias energéticas aos seus edifícios?	0,5	Se Sim=0,5; Se Não=0
XV.2 A empresa tem mecanismos de identificação de riscos consequentes de AC, na atribuição de seguros e/ou financiamento? Incorpora esses riscos no custo para o cliente?	0,75	Se Sim=0,75; Se Não=0
XV.3 A empresa tem produtos ou serviços específicos que consideram e internalizam as questões relacionadas com alterações climáticas?	0,75	Se Sim=0,75; Se Não=0
XV.4 A empresa desenvolve, na totalidade ou em parceria, projectos CDM ou JI?	0,5	Se Sim=0,5; Se Não=0
XV.5 A empresa tem participações financeiras na área de I&D (investigação e desenvolvimento) de tecnologias low-carbon ou produtos relacionados com alterações climáticas?	0,5	Se Sim=0,5; Se Não=0

Itens de Avaliação	Fórmula de pontuação aprovada em C.C.	
E. Questões Específicas do Sector (Transportes)	Pontuação máxima	3
XV. Sector dos Transportes	-	
XV.1 Qual a composição da frota (tipo, modelo,número)?	INF	
XV.2 Qual a idade média de cada tipo de veículo da frota?	INF	
XV.2 Qual a quantidade média de CO2 emitido por quilómetro por cada tipo de modelo da frota (CO2 g/km)?	INF	
XV.4 Existem objectivos de redução de emissões de CO2 para a frota? Se sim, quais?	1,5	Se Sim=1,5; Se Não=0
XV.5 Existem objectivos para a idade média da frota?	0,75	Se Sim=0,75; Se Não=0
XV.6 Os operadores/condutores da frota adquirem formação sobre eficiência energética ou condução ecológica?	0,75	Se Sim=0,75; Se Não=0

À Direcção da
Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e
Desenvolvimento Sustentado

Verificação Independente do processo relativo ao Índice de Responsabilidade Climática: ACGE Sectorial 2009

Introdução

Fomos solicitados pela Direcção da Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado (Euronatura), para procedermos à verificação independente da informação constante do processo associado ao Índice de Responsabilidade Climática: ACGE Sectorial 2009, produzido pela Euronatura.

Responsabilidades

A Direcção da Euronatura é responsável pela informação apresentada, metodologia utilizada para avaliar as diferentes entidades participantes do índice, bem como critérios inerentes e sistemas dos processos de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A nossa responsabilidade consiste na elaboração de um relatório sobre a adequação daquela informação, de acordo com o âmbito de procedimentos acordados referido no parágrafo seguinte. Não assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer outro propósito, pessoas ou organizações. Qualquer utilização que venha a ser feita por qualquer terceiro dos dados deste relatório é da sua inteira responsabilidade e risco.

Âmbito

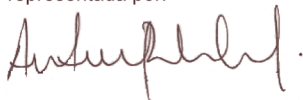
Nesta verificação, os nossos procedimentos foram os acordados com a Euronatura e consistiram em: (i) verificar a existência de evidência das questões pontuáveis no modelo utilizado, e (ii) conferir os cálculos do índice.

Conclusões

Com base no trabalho efectuado, concluímos que a pontuação total atribuída a cada entidade corresponde ao cômputo das questões individuais correspondentes e todos os pontos atribuídos a cada entidade está suportada em conformidade com o modelo previamente definido pela Euronatura.

Lisboa, 7 de Dezembro de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, ROC

Notas

A series of horizontal dotted lines providing a template for writing notes.

Notas

A series of horizontal dotted lines for taking notes.

ACGE

Responsabilidade Climática
ÍNDICE SECTORIAL
2009



A EURONATURA – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado é uma organização sem fins lucrativos equíparada a organização não-governamental de ambiente, especializada em investigação em ciência, política e direito de ambiente, particularmente no respeitante a matérias de cariz internacional.

Fundada em 1997, a EURONATURA organiza o seu trabalho em três áreas programáticas fundamentais: Ciência e Política das Alterações Climáticas, Águas Internacionais e Economia e Ambiente.

A Euronatura organizou, na área das Alterações Climáticas, e em parceria com a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, o Workshop “Economia de Carbono – Oportunidades e Constrangimentos para Portugal”, que teve lugar em 2001 e que se pode considerar como tendo sido o primeiro grande evento público em Portugal sobre a matéria. É ainda de realçar a participação de membros da Euronatura na Delegação Portuguesa de Clima da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), durante a Presidência Portuguesa ao Conselho da EU, em 2007.

Durante a última década a Euronatura dedica-se a executar de projectos na área das alterações climáticas, como é o Índice Alterações Climáticas e Gestão de Empresas (ACGE), que aqui divulgamos. O ACGE tem uma história feita de cinco anos de experiência, e continua a desempenhar a sua função na consciencialização de todos actores económicos com o empenho de sempre. Continua a acreditar que o desafio das alterações climáticas deve ser concretizado por todos os actores. Neste contexto assume as funções de representação social, que lhe foram conferidas na sua génese, partilhando com as empresas e os seus parceiros o esforço de combate às Alterações Climáticas.

Rua Passos Manuel, 130
7º andar
1150-260 Lisboa

Telefone: (+351) 213 868 420
Fax: (+351) 213 868 419
E-mail: geral@euronatura.pt
<http://www.euronatura.pt>